

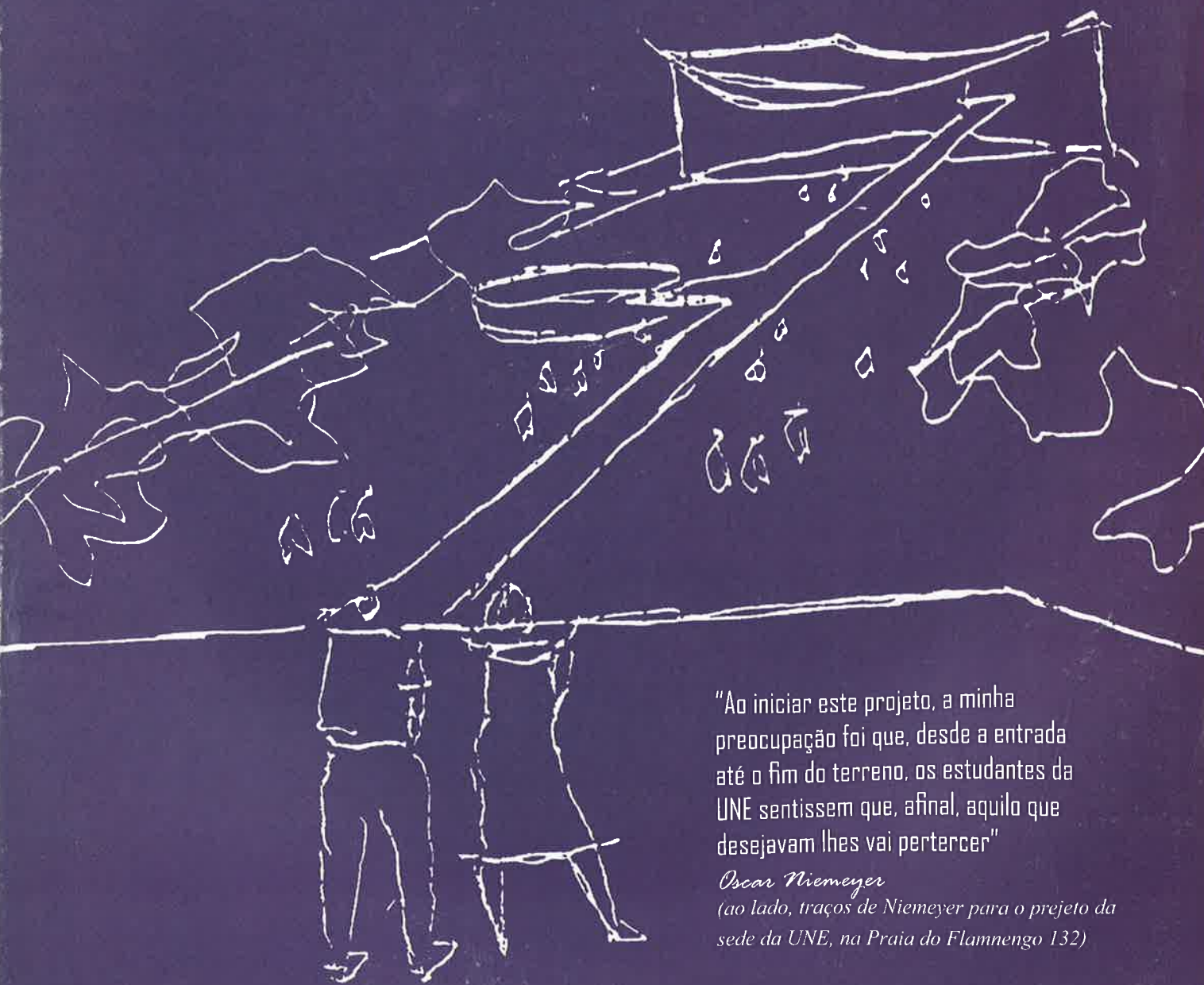
# MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 17-julho /2007

**AOS 70 ANOS DE LUTA**

## UNE volta pra casa



"Ao iniciar este projeto, a minha preocupação foi que, desde a entrada até o fim do terreno, os estudantes da UNE sentissem que, afinal, aquilo que desejavam lhes vai pertencer"

*Oscar Niemeyer*

(ao lado, traços de Niemeyer para o projeto da sede da UNE, na Praia do Flamengo 132)

O BRASIL É TODO ENERGIA

Ernesto  
Nazareth

Plano do Brasil



CONTEMPORÂNEA

PATROCÍNIO. A ENERGIA  
DA ELETROBRÁS QUE FAZ MUITA GENTE  
BRILHAR NAS QUADRAS E NOS PALCOS.

O compromisso da Eletrobrás com o Brasil vai além de gerar energia para o desenvolvimento econômico e social do País. Ela também aposta no talento brasileiro para desenvolver o esporte e a cultura. Por isso, a Eletrobrás é a patrocinadora oficial das seleções brasileiras de basquete. Nas artes, a empresa é uma das principais patrocinadoras do teatro, cinema e da música. E foi ela, ainda, que restaurou o Convento Carmelitas, em Angra dos Reis, e fez acontecer a Festa Literária de Paraty. Assim, a energia da Eletrobrás mantém acesas as tradições populares e a memória do Brasil. Porque um país também se faz com as conquistas do seu povo nas quadras, nos palcos, nas telas, nos livros e na arquitetura.



**Eletrobrás**   
A energia que movimenta o Brasil.

Ministério de  
Minas e Energia

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL





2º CONCURSO  
LITERATURA  
PARA TODOS

## QUEM GANHA SÃO OS NOVOS LEITORES.

O Concurso 2007 vai revelar autores e peças literárias de qualidade para o público jovem e adulto em processo de alfabetização.

Poderão participar obras de quatro categorias e serão selecionados dois autores em cada modalidade. Será premiado também um escritor de país africano de língua portuguesa.

Os premiados vão receber 10 mil reais cada um, além da publicação e distribuição de 100 mil exemplares de sua obra pelo MEC.

Inscrições: 21 de junho a 21 de novembro de 2007

Informações:

[www.mec.gov.br/secad](http://www.mec.gov.br/secad) ou 0800 616161



Ministério  
da Educação



# Índice

## Editorial

**05.** 70 anos de luta pelo Brasil, pela democracia, pela Educação



## Brasil

**06.** Mais Ousadia! - Entrevista com Márcio Pochmann

**11.** Nenhum Direito a menos

**14.** Redução da Maioridade Penal: Uma Ilusão Cruel

**17.** A vida é uma transformação, sobre a sexualidade e o aborto



## Internacional

**21.** 70 anos de UNE: A favor do Brasil e do mundo



## Educação

**23.** Os desafios para a implementação do PDE



## Cultura

**26.** No compasso da 5ª Bienal da UNE

**28.** Ondjaki — Um contador de histórias

**30.** Espaço Cuca: “Vamos fazer o mundo mais do nosso jeito”



## Movimento Estudantil

**32.** A UNE de volta pra casa

**34.** História da UNE, parte III - Da redemocratização aos Dias atuais

**40.** Meia-Entrada! Eu uso! Eu defendo!

## Retrato

**42.** Demarcando Território



## Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

### Diretoria Executiva

#### Presidente

Gustavo Lemos Petta

#### Vice-Presidente

Louise Caroline Lima e Silva

#### 1º Vice-Presidente

Maurício Piccin

#### 2º Vice-Presidente

Francisco Josué Medeiros de Freitas

#### Secretário-Geral

Pedro Campos

#### 1º Secretário

Moisés da Silva Filho

#### Tesoureiro Geral

Rovilson Portela

#### 1º Tesoureiro

Bruno Vanhoni

#### Diretora de Comunicação

Daniele Costa

#### 1ª Diretora de Comunicação

Márvia Scardua

#### Diretor de Políticas Educacionais

Antônio David Ferreira

#### 1º Diretor de Políticas Educacionais

Márcio Pereira Cabral

#### Diretor de Univ. Particulares

Márcio Ladeira

#### Diretor de Univ. Públicas

Gilvandro Antunes

#### Diretor de Cultura

Gustavo Viana

#### Diretora de Relações Internacionais

Lúcia Stumpf

#### Diretor de Políticas Institucionais

Leandro Monteiro

### Edição

**Reportagem:** Daniele Moraes, Renata Mielli;

**Colaboração:** Sandra Cruz

**Edição:** Renata Mielli;

**Projeto Gráfico:** Maria Figaro;

**Direção de Arte:** Vandrê Fernandes;

**Ilustrações:** Daniel Lopes

### Tiragem:

20 mil exemplares

### Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP

CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145

Sítio na Internet: [www.une.org.br](http://www.une.org.br)

A UNE é adepta do *copyright*. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.

## EDITORIAL

# 70 anos de luta pelo Brasil, pela democracia, pela Educação

Quanta coisa mudou no mundo e no Brasil nos últimos 70 anos. Avanços científicos e tecnológicos, novos paradigmas sociais, transformações nas relações humanas. Conquistas obtidas sob o signo da luta dos trabalhadores, dos estudantes, da união de povos por seus direitos, sua soberania. Mas ainda há muito pelo que lutar. O Brasil padece de uma profunda desigualdade social, os índices de desemprego são elevados, convivemos com o analfabetismo, a violência toma conta das cidades.

A UNE viveu cada episódio dessa história e em cada momento tomou posição decidida em defesa do Brasil, da Educação, dos estudantes, da democracia.

Ao completar 70 anos de existência, a entidade maior dos estudantes universitários brasileiros reitera seu compromisso com o desenvolvimento do Brasil, com a luta pela educação pública e gratuita, pela garantia dos direitos da juventude, da mulher, dos homossexuais, dos índios, dos afrodescendentes, dos portadores de deficiência. Rechaça qualquer tentativa de retirada de direitos ou retrocesso democrático. Afirma que o protagonismo dos estudantes é imprescindível para o avanço do País e da Educação. As recentes mobilizações em prol da autonomia universitária, de mais investimentos no Ensino Superior e da garantia de recursos para a Assistência Estudantil, que culminaram com ocupações de reitorias no mês de abril e maio, foram exemplos da força dos estudantes e de suas entidades.

Nesta gestão que se encerra, a UNE estreitou ainda mais os seus laços com os outros movimentos sociais, compreendendo que a unidade é o caminho mais curto para a conquista de novos direitos e a parede mais sólida contra os ataques aos já existentes; fortalecemos a relação com o movimento estudantil internacional, por entender que a luta em defesa da educação e da soberania passa pelo combate ao imperialismo norte-americano; aprofundamos a democracia no movimento estudantil ao alterar os mecanismos de eleição de delegados para o Congresso da UNE; persistimos na ampliação do diálogo entre o movimento estudantil e a cultura, consolidando instrumentos como o CUCA e a Bienal da UNE; e demos um passo significativo para recuperar aquilo que a ditadura nos tomou, nosso terreno na Praia do Flamengo.

**Movimento** traz reflexões sobre alguns desses temas que perpassam a luta dos estudantes hoje e que têm em comum, um aspecto central: o aprofundamento da democracia.

Boa leitura

**Gustavo Lemos Petta**  
**Presidente da UNE**

# Mais

É o que falta para o Brasil na opinião do economista e professor da Unicamp, Márcio Pochmann. Em entrevista à *Movimento*, ele fala da ausência de políticas para a inserção da juventude no mercado de trabalho. Avalia que apesar de trazer avanços, o PAC é ainda muito limitado e fragmentado, além de não prever nenhuma meta clara para os jovens. E afirma: "Nós não estamos sendo ousados para cometer riscos novos, nós estamos cometendo riscos velhos".

Por Renata Mielli



EMPREGO

# OUSADIA!



**Na introdução do PAC, afirma-se que o desenvolvimento econômico deve beneficiar todos os brasileiros gerando emprego, inclusão social e melhor distribuição de renda. O PAC abre reais possibilidades para atingir esses objetivos?**

Eu vejo com otimismo a preocupação do governo federal em fazer planejamento com visões de médio e longo prazo. O Brasil ficou contaminado pelo curto prazo e a conseqüência são esses resultados desfavoráveis do desempenho da economia nacional. Estamos longe de um planejamento a altura dos desafios que o Brasil vem enfrentando. Existem vários obstáculos para a implementação do PAC, uma vez que não há uma

coordenação do Programa, isso é um problema sério num país em que o Estado foi destruído pelas políticas neoliberais. Temos problemas sérios de gestão de um plano com mais de 1800 medidas. São questões resolvíveis, mas não simples. Quero chamar a atenção para a falta de ousadia. Na hipótese do PAC vir a dar certo, haverá um acréscimo nos investimentos do setor público que passarão de 0,5% do PIB para 1%. É um esforço dobrar a capacidade de investimento, mas é bom lembrar que quando o País cresceu de forma sustentada na década de 70, a participação do Estado nos investimentos equivalia de 4 a 5 % do PIB. Estamos longe da real necessidade para o Brasil voltar a crescer de forma sustentável. Outra questão que deve ser

considerada é a qualificação do desenvolvimento. Aliás, nem se fala em desenvolvimento, só se fala em crescimento econômico. O Brasil tem crescimento sem ter desenvolvimento. Não se sabe como é que se quer crescer. Vamos crescer aprofundando aquilo que Celso Furtado já chamou de mimetismo do consumo das altas rendas? Mimetismo, porque vamos crescer afundados na expansão do automóvel, um meio de transporte individual, do consumo de bens duráveis, de eletroeletrônicos e assim por diante. Esse padrão de consumo não pode ser universalizado num país como o nosso, de baixa renda. Expandir por esse segmento significará, a meu ver, um aprofundamento do subdesenvolvimento, porque como o próprio Celso Fur-

# Os bancos não estão preocupados com

tado já demonstrou, quando se copia o padrão de consumo de países ricos, ocorre uma concentração brutal da renda, já que para uma parcela da população poder consumir esses bens, as demais ficam totalmente de fora. Os rumos, o perfil dessa expansão econômica e a temática do desenvolvimento são temas em aberto, que certamente interessam aos jovens, porque sabemos que o aprofundamento do atual padrão de consumo não nos permitirá construir um País de fato desenvolvido.

**A desarticulação no interior do governo traz, para um segmento que é intrinsecamente intersetorial como a juventude, um impacto muito negativo. Isso poderia ser corrigido na logística de investimentos previstos pelo PAC?**

A juventude é peça fundamental num planejamento de médio e longo prazo, porque planejar nesse tempo significa estabelecer as bases de um diálogo com o futuro. Quando estamos falando de futuro, estamos inegavelmente falando para gerações que são mais jovens e que estão por vir. Por outro lado, há de modo geral, uma pobreza em relação ao próprio PAC nesse sentido. Nós não temos, até agora, metas que interessariam principalmente aos jovens, como metas de habitação, metas de emprego, não temos metas quantificadas para o avanço da educação, embora tenha o PAC da Educação (PDE), que já é um avanço. Mas não há uma integração, uma matricialidade entre as metas da educação, por exemplo, com as metas do PAC. Repensar a transição do mundo educacional para o mun-

do do trabalho é inegavelmente uma modalidade necessária, que está fazendo falta no estabelecimento de metas de médio e longo prazo para o desenvolvimento do País.

**O PAC deixou diversos segmentos de fora (saúde, ciência e tecnologia, educação, agricultura) e parece que o governo, para reparar essas ausências, opta por lançar PAC's setoriais. Como você avalia essa fragmentação?**

Priscila Lobregate



Pois é, é um pouco a repetição do passado. A nossa incapacidade de pensar e se programar para agir de forma totalizante. Estamos, de certa maneira, repetindo o padrão de aparelho de Estado que se construiu a partir dos anos 30 do século passado no Brasil. Não fizemos, até os dias de hoje, uma profunda reforma do Estado, do ponto de vista da democracia e de seus compromissos com o povo, com o objetivo de instaurar políticas públicas que permitissem a matricialidade. Inegavel-

mente, o governo Lula conseguiu colocar na agenda pública a temática da juventude, mas reproduzindo um padrão de políticas extremamente fragmentado, com baixas escalas na sua atuação, que de certa maneira tira a eficiência dessas políticas porque levam a uma lógica de competição entre as ações dos diferentes ministérios. Nós não estamos sendo ousados para cometer riscos novos, nós estamos cometendo riscos velhos. Bastaria uma revisão na literatura a respeito do desenvolvimento nacional para perceber que as opções que estamos fazendo talvez não sejam as mais corretas, embora sejam opções superiores as que observamos pelo menos dos anos 90 para cá.

**Como você vê a utilização de medidas de renúncia fiscal para a geração de empregos para juventude?**

Eu não acredito muito nesse tipo de alternativa para a juventude. A meu ver, a problemática da inclusão do jovem no mercado de trabalho não se deve a uma questão de custo de contratação, mas sim, sobretudo, à falta de dinamismo na economia nacional. Nós teremos condições de absorver os jovens se adotarmos uma estratégia de crescimento muito rápido, que precisa alterar o padrão de desenvolvimento e inserção na economia mundial. Estamos cada vez mais nos especializando na produção de bens de baixo valor agregado, isso é muito preocupante. De cada 10 empregos abertos no País, nove são de até dois salários mínimos.



# om o povo ou com a juventude

**Cada vez menos se fala em juventude, e mais em juventudes. Falta ao Estado essa visão para aplicar políticas de incentivo ao empreendedorismo juvenil?**

Também concordo com essa maior estratificação dos jovens brasileiros. Do ponto de vista de construção de políticas públicas, não conseguimos avançar muito. Criamos medidas pontuais e que não têm escala, que não atendem essa pluralidade dos jovens. Pensar em políticas de financiamento implicaria quase que a constituição de um banco específico para esse tipo de ação. Os bancos que temos no Brasil não estão preocupados com o povo. São bancos voltados para 40 milhões de brasileiros que têm conta bancária, endereço, crédito. Um banco público abrir uma conta para uma pessoa muito pobre não caracteriza um sistema bancário pra população. É preciso pensar numa estrutura de poupança, de crédito, com diversas modalidades de financiamento. A estrutura bancária que temos não está voltada para os jovens, para pequenos empreendimentos. Na medida em que os jovens tenham a capacidade de se organizarem, de estabelecerem propostas cada vez mais claras, isso pode fazer com que se repense essas modalidades de políticas públicas, olhando especialmente esse segmento juvenil.

**Há países que adotam políticas de fomento nesses termos?**

Vários! De memória posso listar a Alemanha, a experiência italiana, a francesa. Só para ter uma idéia,

uma parte importante do sistema de bibliotecas públicas na Itália é organizada por cooperativas de jovens. Olhando para o Brasil, nós temos 2/3 das cidades brasileiras sem biblioteca pública. Seria plenamente possível desenvolver um projeto semelhante para os jovens brasileiros. O Brasil precisa ser um pouco mais criativo e ousado, porque alternativas não faltam. Deveria ter mais vontade política, mais pressão para que pudéssemos avançar de forma mais evidente.

Priscila Lobregate



**E o debate sobre a redução da jornada de trabalho?**

Esse é outro tema que, parece, perdeu um pouco a relevância, particularmente no interior do movimento sindical. Estamos metidos numa pressão de jornada significativa, especialmente entre os jovens. No Brasil, não temos em grande quantidade estudantes que trabalham, a maior parte são trabalhadores que estudam. Quando alguém trabalha para estudar, estamos falando de alguém que tem uma jornada de 8 horas diárias, pelo menos, envolvidas com o

trabalho. É só contabilizar: 3 horas de deslocamento e na frequência escolar temos pelo menos mais 4 horas diárias. Estamos falando de jornadas diárias de 15/16 horas por dia. São jornadas equivalentes a de um trabalhador do século XIX. Não há justiça em expor um jovem a uma jornada tão intensa, que vai comprometer seu desempenho seja no trabalho, seja na aprendizagem. Talvez aí a gente localize uma das razões para a perda de qualidade da educação brasileira. É preciso postergar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, para que ele entre melhor preparado. É fundamental a existência de fundos para financiar essa inatividade criativa, essa inatividade com a educação, para que o jovem tenha melhores condições no mercado de trabalho. República significa o império da lei e a igualdade de oportunidade. Os jovens brasileiros não têm essa igualdade. Os jovens ricos ingressam no mercado de trabalho depois dos 25/26 anos de idade, após a conclusão de um MBA, de um mestrado, enquanto os jovens pobres estão condenados a entrar muito cedo. Esse diferencial de entrada no mercado de trabalho reproduz a desigualdade de forma estrutural.

**A jornada elevada aliada ao aumento da idade para a aposentadoria geram um incremento absurdo no tempo de trabalho de uma pessoa na sociedade capitalista hoje. Como a juventude será atingida por isso?**

A juventude está condenada a permanecer perambulando pelo mercado de trabalho por muito



# Aposentadori

tempo, resultado da Reforma da Previdência que foi feita em 98, no governo Fernando Henrique, e posteriormente complementada no governo Lula. Nós tivemos uma mudança importante do tempo de trabalho para o tempo de contribuição. Até a década de 90, nós tínhamos uma idade média de ingresso na aposentadoria abaixo de 50 anos, era de 48 anos. O resultado dessa mudança de tempo de trabalho para tempo de contribuição, elevou a idade média de ingresso na aposentadoria para 60 anos - muito mais alta do que em muitos países desenvolvidos. É resultado da enorme flexibilização que nós temos no mercado de trabalho e isso afeta fundamentalmente os jovens, que mesmo quando encontram um trabalho assalariado, um trabalho que contribui com a Previdência, eles não conseguem permanecer 12 meses no emprego. Temos 27 milhões de trabalhadores com carteira assinada, destes 27 milhões, 10 milhões são demitidos a cada ano. Ou seja, eles rodam, ficam 3 meses num emprego e são demitidos; aí 3 meses depois arrumam outro emprego. O que acontece é que durante um ano a pessoa não consegue contribuir os 12 meses, por isso, as pessoas têm trabalhado cada vez mais para conseguir a contribuição de 30/35 anos, no caso masculino e feminino. Estamos constituindo não mais somente os meninos de rua, estamos avançando na constituição dos idosos de rua.

**Apesar da ideologia dominante afirmar que o capitalismo esta se humanizando, o capitalismo atual é mais perverso do que nos seus primórdios?**

Seria mais perverso, mas não na modalidade brutalizada como era no século 19, com a presença de crianças e adolescentes nas fábricas em jornadas de 16 horas. Hoje, o capitalismo é muito mais sofisticado na violência, porque a intensificação que temos no trabalho é muito maior. Quer dizer, alguém que exerce o trabalho de 8 horas por dia está submetido a um grau de intensificação muito maior do que o trabalhador de 20 anos atrás. Há uma disputa pela subjetividade: o capitalismo do século 20 desejava tão somente a força física do trabalhador; já o capitalismo do século 21 almeja não apenas a força física, mas também, o coração e a mente do trabalhador. É por isso que estamos vivendo com novas formas de doenças que, até pouco tempo, a própria Previdência Social não identificava como sendo doenças do trabalho, os casos da LER e a falta de atenção.

**Você é otimista quanto a transformação dessa realidade?**

Cabe aos explorados se conscientizarem de que é possível responder a essas coisas. Se não houver resposta, se não houver lutas, como no passado, nós não conseguiremos superar essa situação. Foi a luta social que permitiu alcançar um padrão relativamente civilizado de trabalho: jornada de 8 horas, descanso semanal, a própria introdução da Previdência no final do século 19, início do 20. Eu acredito que nós temos condições de dar um salto de qualidade, de construir uma sociedade superior a que temos hoje. Mas isso só será alcançado se houver conscientização, que é o primeiro passo para mudar a realidade.

# NENHUM DIREITO A MENOS!

**Os movimentos sociais se unem na luta contra os constantes ataques aos direitos dos trabalhadores brasileiros e na disputa pela agenda do governo em defesa de melhores condições de vida e trabalho no País.**

Por Daniele Moraes

O povo brasileiro está atento e unido para não permitir ataques aos direitos adquiridos dos trabalhadores. Neste movimento estão também os estudantes, cada dia mais ameaçados pela escassa oferta de trabalho, pela falta de oportunidade de capacitação e pela precarização das relações trabalhistas.

A disputa pela agenda política no Brasil está cada vez mais acirrada. Isto porque, neste segundo mandato, o governo federal apresenta contradições ainda maiores que as identificadas anteriormente. Da mesma forma que o Presidente Lula se posicionou em favor dos trabalhadores, ao vetar a famigerada Emenda 3, sinalizou com propostas de mudanças extremamente negativas em possíveis reformas na legislação do trabalho e da Previdência Social. Além disso, parece articular um golpe baixo e inacreditável – frente ao histórico de lutas que sustenta e viabiliza este governo – com a possibilidade da criação de restrições ao direito de greve dos trabalhadores de setores públicos.

Sem ignorar as necessidades e as demandas da sociedade, sabemos



que há muito que melhorar, evoluir e aperfeiçoar na legislação brasileira. Entretanto, uma coisa é clara para os movimentos sociais: não é possível admitir nenhuma iniciativa que retire ou ameace os direitos adquiridos dos trabalhadores.

Por isso, o veto presidencial à Emenda 3 foi comemorado e apoiado pelas entidades. Se aprovada, a tal Emenda permitiria a abertura de empresas de uma pessoa só, possibi-

litando que todo trabalhador estabelecesse uma relação de prestação de serviços terceirizados com as empresas, ou seja, seria criada uma relação de empresa para empresa, tendo trabalhadores como pessoas jurídicas – extinguindo, assim, o vínculo empregatício e burlando a aplicação das leis trabalhistas.

Essa medida só interessa aos empregadores, que desejam a todo o custo aumentar sua lucratividade e



diminuir os encargos sociais e impostos. Para isso, estão dispostos a jogar pesado para tornar esta relação de trabalho – hoje ilegal, porém difundida em muitas empresas de pequeno, médio e grande porte – em uma ação legítima e respaldada pela lei.

Segundo o vice-presidente nacional da CUT, Wagner Gomes, a ameaça aos direitos dos trabalhadores é recorrente. “O patronato há muito tempo vem tentando fazer uma reforma trabalhista. Como não têm conseguido fazer isso em bloco, resolveram fazê-la fatiada. Uma das coisas que tem causado maior preocupação para o movimento sindical é a Emenda 3. O patrão manda abrir uma micro-empresa e, em vez de ter uma relação trabalhista, cria uma relação de empresa”, afirma.

### O apoio da mídia

Durante a polêmica criada por conta do veto à Emenda 3, ficou evidente o descontentamento dos

meios de comunicação. Isto porque as relações de trabalho praticadas nas empresas de mídia são indiscriminadamente baseadas na contratação de profissionais como “PJ” – pessoa jurídica. “Se você for hoje a qualquer redação dos principais jornais e televisões brasileiras as “PJ’s” são quase 90% dos trabalhadores. Estas empresas têm total interesse nisso e querem expandir ainda mais. Por isso

existe esse apoio tão explícito dos meios de comunicação à Emenda 3”, explica Wagner Gomes.

A parte mais importante e perigosa deste apoio descarado é que uma parcela dos parlamentares que atua hoje no Congresso Nacional está comprometida com os interesses destes empresários. É por isso que a união da sociedade e dos movimentos sociais é imprescindível. Só a pressão popular será capaz de sensibilizar ou coagir Congresso Nacional e Executivo a garantir o cumprimento das leis, sem exceções e sem abrir precedentes para o fim das relações formais de trabalho no País.

Bruno Vanhoni da UNE vai na mesma linha: “os direitos dos trabalhadores estarão ameaçados enquanto vivermos num sistema capitalista excludente e individualista. Para emancipar o povo não podemos depender do governo, mas temos que mobizar os trabalhadores para lutar contra qualquer medida que cerceie ou retire os direitos”.

### Direitos ameaçados

As últimas declarações do Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, e do Presidente Lula em relação a possíveis reformas e restrições ao direito de greve dos servidores públicos também tem despertado a

## Prepare-se:

**Por mudanças na política econômica, Fora Meirelles do BC!**

No próximo dia 6 de julho, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizará, durante o 50º Congresso da UNE, uma importante manifestação em defesa dos direitos dos trabalhadores, pela saída de Henrique Meirelles do Banco Central e pela mudança na política econômica. Vamos marchar unidos pela consolidação de um projeto de desenvolvimento do Brasil como uma Nação justa, soberana e democrática.

preocupação do movimento sindical. Tais posições se chocam com a diretriz que conduziu este governo à reeleição e representam uma ameaça à democracia.

Para protestar, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) organizou, em Maio, atos que percorreram as ruas das principais cidades brasileiras com trabalhadores, estudantes, sem-terras e líderes dos movimentos sociais. Foram 39 bloqueios de rodovias federais e estaduais, ocupações de hidrelétricas, greves dos servidores públicos e paralisações parciais em empresas privadas mostrando que a sociedade está alerta e disposta a lutar para garantir seus direitos.

“É inadmissível ver este governo querendo reduzir as conquistas históricas do povo brasileiro. A unidade e a radicalização do movimento social são imprescindíveis para que saíamos vitoriosos dessa batalha”, conclama a diretora da UNE, Lúcia Stumpf.

É preciso ter cuidado para que não sejamos iludidos com a idéia de que para fazer reformas é necessário tirar direitos dos trabalhadores. “Nós não achamos que as leis trabalhistas são perfeitas e que não precisam de ajustes, mas o que não tem acordo com o movimento sindical e com a Central Única dos trabalhadores é fazer qualquer reforma que retire direitos. Isso nós não vamos aceitar nunca”, diz Gomes.

Mais do que nunca, neste momento, a missão dos Movimentos Sociais é unir forças e pressionar o Poder Público para garantir a preservação dos direitos dos trabalhadores e não permitir que o governo Lula seja tragado por setores da elite e transformado em mais uma força contrária – a ser combatida – na luta pela construção de um Brasil mais justo e democrático, com oportunidades para todos.

# estágio pra valer

Os estudantes seguem firmes na luta por seus direitos, e tiveram uma importante vitória com a aprovação, em 27/06, na Câmara dos Deputados, do substitutivo ao Projeto de Lei 993/07, que regulamenta a Lei do Estágio.

A UNE e a UBES tiveram participação intensa nas discussões da proposta que objetiva, entre outras coisas, impedir que o estágio se transforme em instrumento para precarização do trabalho, e que seja de fato uma complementação à formação acadêmica.

O desafio agora é garantir a aprovação do projeto no Senado e lutar pela sua real implementação, o que vai requerer vigilância e muito debate para mudar a cultura atual, que vê o estagiário como mão-de-obra barata.

Para falar desta importante iniciativa, que promete ajudar os milhares de estagiários espalhados pelo Brasil, conversamos com a deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), relatora do substitutivo ao lado do deputado Atíla Lira (PSB-PI).

## Qual é a importância da discussão da questão do estágio?

Dois coisas são mais importantes. Primeiro, quando conversamos com qualquer estagiário percebemos que em geral ele se sente explorado. Eles não conseguem estudar, não têm quase nenhuma assistência, enfrentam muitos problemas. E em segundo lugar, as bases das relações de estágio em nosso País são de 1977 e que não foi adequada nem mesmo às alterações das legislações educacionais que o País viveu.

## Importância do estágio para a formação profissional?

O estágio garante que tudo o que se aprendeu vire prática. É uma oportunidade imprescindível para os estudantes e contribui para sua independência e manutenção financeira

– lembrando que muitos pagam a própria universidade com o valor da bolsa do estágio. Agora, para que isso se torne uma realidade ainda mais efetiva, temos que criar uma lei que tenha regras muito claras sobre o papel do estágio como instrumento de fortalecimento do processo educação e não como forma de substituição da mão-de-obra.

## Quais as principais contribuições do Projeto?

O projeto dá conta de duas dimensões. O primeiro são os direitos dos estudantes, garantindo, por exemplo, que a carga horária do estagiário seja compatível com a atividade escolar. Se cidadão ficar no estágio por 8 horas, mais 4 da faculdade ou escola, já serão 12 horas – sem contar o tempo de estudo fora de sala de aula, transporte etc. Vamos garantir que a bolsa, hoje facultativa, seja obrigatória, assim como o vale transporte. Além disso, vamos incorporar o recesso de 30 dias ou proporcional remunerado, compatível com o ano letivo, e a diminuição da carga horária no período de provas – a ser informado pela faculdade.

Fonte: Sítio de Manuela D'Ávila



## Redução da maioria penal:

# uma ilusão cruel

A sensação de impunidade existente no Brasil provoca a revolta da sociedade e cria a ilusão de que uma ação isolada e radical seria capaz de reverter a realidade de insegurança e os altos índices de violência no País.

Por Daniele Moraes



A polêmica em torno da discussão sobre o rebaixamento da idade penal é grande e divide a sociedade. Ao vivenciarmos, com frequência cada dia maior, a ocorrência de crimes bárbaros, que causam horror e geram revolta diante da ineficiência do sistema judiciário e policial, nos vemos diante de uma difícil questão: o que pode ser feito para combater o crime e reduzir a violência? A revolta toma conta da opinião pública, reacendendo o debate sobre a redução da maioria penal como solução para o problema.

O ideal seria enfrentarmos a

situação partindo para a discussão das causas que geram a violência, que transformam o crime em uma atividade atrativa e, muitas vezes, lucrativa. Atualmente o risco a que o jovem se expõe quando envolvido com o crime não é capaz de afastá-lo da atividade. Enquanto discutimos o enrijecimento das leis, 20 mil jovens, entre 15 e 25 anos, são assassinados por ano no Brasil. Enquanto alguns pensam que a construção de presídios poderia diminuir a violência, o crime organizado e o tráfico de drogas seduzem os jovens sem oportunidade e perspectivas para o futuro.

Segundo o Ministro Paulo de Tar-

so Vannuchi, a posição da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República é a mesma de todo o governo federal: contrária à redução da maioria penal: “porque não há fatos que comprovem que a redução diminua a criminalidade, que seria o objetivo principal desta medida. Reduzir a maioria penal, sem oferecer condições de acesso aos direitos básicos de todo cidadão, não resolve a questão da violência e o que veríamos seriam meninos atraídos para o crime cada vez mais cedo. Outro fator que precisa ser considerado nesta questão é a falência do sistema prisional brasileiro, que já



se encontra superlotado e apresenta índices altos de reincidência. Permitir que adolescentes de 16 anos sejam encaminhados para os presídios é reduzir suas chances de recuperação”, argumenta Vannuchi.

Para a diretora da UNE Maíra Tavares Mendes o problema de segurança pública no Brasil tem relação com “a negligência histórica com demandas sociais básicas no País”. Ela avalia que os meios de comunicação tiram esse debate do foco e “também ignoram o papel da repressão policial sobre os jovens da periferia. Reduzir a maioria penal só vai afetar ainda mais a juventude

que tem sido historicamente privada de seus direitos”.

Antes que se tenha garantida a efetiva aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não se deve discutir qualquer alteração nas leis brasileiras, em especial focadas no aumento da punição. A posição do governo se dá na defesa da aplicação do ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (Sinase), lançado no ano passado, após discussão entre o poder público e a sociedade civil organizada. O objetivo do Sinase é criar um sistema para a política nacional de atendimento sócio-educati-

vo, a exemplo do que foi feito com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). O Sinase trabalha o atendimento sócio-educativo dividindo as responsabilidades entre municípios, Estados e União e defende a aplicação das medidas em meio aberto, com o objetivo de quebrar a cultura de prisionalização do adolescente em conflito com a lei.

A Ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, também não acredita que a medida poderia beneficiar a sociedade. Para ela, “a redução da idade penal não é a solução para a criminalidade no Brasil. A solução, certamente, vem também com a agilização de procedimentos, com uma justiça penal mais ágil e com a aplicação de penalidades adequadas, inclusive para os menores infratores”.

Desta forma, os mais distintos atores da sociedade brasileira parecem concordar que a redução da maioria penal não resolveria o problema. Para Ariel de Castro Alves\*, advogado e membro de diversas organizações civis ligadas a questões de juventude e inclusão social, o rebaixamento da idade penal só aumentaria a violência, pois atualmente o índice de reincidência no sistema prisional brasileiro é de aproximadamente 70%. Hoje, de cada 10 pessoas que saem das penitenciárias 7 voltam a cometer crimes e nos casos em que há a correta aplicação do ECA, com unidades pequenas, trabalho pedagógico e profissionalizante, há uma reincidência de apenas 4%. “Nós entendemos que a melhor medida para ressocialização é a aplicação correta do ECA. Além disso, a redução da idade penal é inconstitucional. A Constituição Brasileira diz que os adolescentes são inimputáveis, não podem responder conforme o Código Penal e, sim, conforme a legislação específica”, explica Ariel.

Mas a revolta que atinge a socie-

dade é completamente compreensível, pois a impunidade ainda impera no Brasil. Pesquisas apontam que apenas 3% dos crimes cometidos no País são esclarecidos. “A impunidade é muito grande e é um problema geral do País. Não é mudando o ECA que isso vai ser resolvido e, sim, com a reforma do Judiciário e o enfrentamento da corrupção policial”, acredita Ariel.

O músico Tico Santa Cruz, vocalista da Banda Detonautas Roque Clube, participa ativamente de iniciativas sociais que lutam por melhores condições de vida para os brasileiros e que propõem uma profunda reflexão sobre o papel da sociedade nos rumos do País. Sua indignação e atuação em favor da paz e de justiça se intensificaram após o assassinato do amigo e companheiro de Banda, Rodrigo Netto, após uma tentativa de assalto no Rio de Janeiro.

Para Tico não é possível que haja redução da maioria penal em um País onde “o governo é negligente com a população mais carente, não oferece educação de qualidade, não cria oportunidades para que os jovens e crianças possam crescer estruturados, onde a vida humana é cada vez mais banalizada, o crime organizado é a melhor opção para um adolescente ganhar status, respeito e dinheiro dentro de sua comunidade, a justiça julga as pessoas e não os atos, os presídios não oferecem nenhuma condição de ressocialização para os apenados, o crime está enraizado nos grandes poderes da República. Falar em reduzir a maioria penal é o mesmo que dizer que daqui há 16 anos as crianças pobres que estão nascendo hoje vão parar direto na cadeia”.

A contradição que domina o Brasil está presente também nesta questão. Os jovens são acima de tudo as principais vítimas da violência no Brasil. Por dia, 16 crianças e adolescentes são assassinados no

Brasil e apenas 1% dos homicídios é praticado por indivíduos com menos de 18 anos no Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro esses índices são ainda mais cruéis. Uma pesquisa feita pelo Instituto de Segurança e de Cidadania do Rio de Janeiro mostrou que os adolescentes são responsáveis por 9% das infrações que ocorrem no Estado e, por outro lado, são vítimas de 90% dos crimes.

Ariel de Castro Alves sabe que “infelizmente não vamos resolver o problema da violência dos últimos 500 anos com uma canetada e também não será com a redução da idade penal. Isso é uma ilusão”. Segundo ele, os países que reduziram a idade penal, como a Espanha e a Alemanha, tiveram na prática aumento da criminalidade infanto-juvenil, acabaram voltando atrás e ainda adotaram um sistema especial com medidas sócio-educativas para jovens entre 18 e 21 anos. “A redução da idade penal é totalmente inapropriada, inadequada. Tratar adolescentes como os criminosos adultos e colocá-los num sistema penitenciário totalmente falido como o que nós temos no Brasil não vai resolver o problema. O que nós preci-

samos é do cumprimento das leis que já temos. Tanto no fortalecimento das políticas públicas na área social e educacional para prevenir o ingresso de crianças, adolescentes e jovens na criminalidade, como também a reformulação das nossas polícias e do nosso judiciário”, conclui Ariel.

O papel de cada um de nós frente a essa dura realidade é destacado pelo músico Tico Santa Cruz. Para ele, a sociedade deve “assumir a responsabilidade dentro desse cenário caótico e procurar uma forma de cobrar do poder público uma atenção maior com quem não tem as mesmas oportunidades. Nossas responsabilidades são do tamanho de nossos privilégios”.

*\* Ariel de Castro Alves é coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, presidente do Projeto Meninos e Meninas de Rua, assessor jurídico da Fundação Projeto Travessia, membro da Comissão da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), secretário geral do Condepe (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana – São Paulo) e membro do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda).*







# A decisão é nossa!

O debate sobre a sexualidade e sobre o aborto é um dos mais áridos para ser feito publicamente. Envolve tabus, preconceitos, questões morais e religiosas e, principalmente, a superação de uma visão estereotipada da mulher e da maternidade.

Por Renata Mielli

**V**amos falar de sexo? A frase, que virou até nome de filme, incomoda muita gente. Principalmente no ambiente familiar. Tabu numa sociedade erigida sobre parâmetros conservadores e profundamente impregnados pela moral religiosa, particularmente a católica, a discussão sobre a sexualidade quase não ocorre entre as diferentes gerações (pais e filhos, professores e estudantes) e entre os jovens ela aparece, na maioria das vezes, como auto-afirmação e superação de limites.

A socióloga Dulce Xavier da organização Católicas pelo Direito de Decidir avalia que a influência muito grande do pensamento cristão dificulta o diálogo. “A sexualidade é uma coisa

natural, que deveria ser vivenciada de uma forma tranqüila, com muita conversa e formação. Os jovens praticam o sexo, mas não há uma discussão sobre isso na família, na escola. As relações afetivas e todo o envolvimento que antecedem a prática do sexo requerem um amadurecimento. Aí não tem idade, mas uma preparação em relação a essa prática, que vai ter uma consequência. Enquanto isso, os meios de comunicação colocam a sexualidade como uma mercadoria, como uma coisa irresponsável. Só estimulam o erotismo”.

Soma-se a isso a influência religiosa. Algumas religiões como a católica e a evangélica tentam fazer com que os jovens pratiquem a abstinência sexual antes do casamento. A Igreja

Católica pressiona o governo para não distribuir métodos anticoncepcionais. “A juventude ligada a esses grupos conservadores até se comprometem a isso, mas quando se envolvem com uma pessoa e pinta o desejo acabam transando sem discussão, sem ter pensado em como fazer isso. Na visita do Papa Bento XIV ao Brasil, alguém do Vaticano, não o Papa, se referiu às meninas que ficam com os meninos como uma prática similar à prostituição. Uma ofensa à responsabilidade das meninas e todo um julgamento moral, que não ajuda em nada, mas que deixa muito claro a posição da Igreja Católica”, diz Dulce.

Nesse caldo cultural, além da dificuldade geral de diálogo com a juventude, reproduz-se, ainda, o



preconceito de gênero. As jovens mulheres encontram ainda maiores obstáculos para discutir a questão do que os homens.

### **Camisinha, quem usa?**

A primeira consequência da ausência de discussão sobre a sexualidade recai sobre a baixa utilização de preservativos e outros métodos anticoncepcionais. Só em 1996 criou-se no Brasil uma Lei de Planejamento Familiar que previa a educação sexual nas escolas e a distribuição de métodos contraceptivos. Porém, a resistência da Igreja, o despreparo dos serviços públicos para lidar com o tema e os poucos recursos destinados ao programa foram fatores limitantes para a sua execução. “Até hoje o planejamento familiar não está garantido, nem para os casais já formados, porque a Lei de 1996 previa o acesso ao método para adultos que já viviam juntos, não previa de forma explícita a disponibilização dos anticoncepcionais para os jovens. A pessoa jovem que não está casada, ou que não tem orientação heterossexual e que chega no sistema de saúde tem dificuldades de acesso aos anticoncepcionais, porque o planejamento não tem a capacitação para lidar com jovens e homossexuais”.

### **Autonomia para as mulheres**

Se por um lado as pessoas mais carentes têm maior dificuldade de acesso, a juventude das classes A e B não enfrentam esse problema, mas ainda não aderiram plenamente ao uso do preservativo. Basta ver o crescente número de adolescentes e jovens grávidas nessa faixa social e o aumento da incidência das DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis. Isso ocorre porque a desigualdade entre homens e mulheres ainda não está superada, embora o movimento feminista venha, desde a década de 60, lutan-

do fortemente para que as mulheres se colocassem como autônomas nas relações que estabelecem. “As jovens têm pouco acesso a essa discussão, de autonomia em suas relações afetivas, não é raro ouvir histórias de namorados “ciumentos”. A opressão que as mulheres sofrem cotidianamente, em todas as idades, aumenta as suas dificuldades de negociar de que forma querem estabelecer a relação sexual, inclusive no que diz respeito ao uso de preservativos. Essa relação de poder entre homens e mulheres, em favor dos primeiros, e a criminalização da mulher sempre que algo ‘dá errado’, em nada contribui para que avancemos em políticas de afirmação da mulher como cidadã, com autonomia para decidir sobre seu corpo e sua vida”, declara Tatiana Oliveira, que é Diretora de Mulheres da UNE.

Os meios de comunicação, as religiões e instituições, salvo raras exceções, ainda reforçam o papel da mulher como mãe, esposa, dona-de-casa, que permanece sendo o estereótipo da mulher para a maioria. Dulce Xavier diz que “é pequena a parcela da população, e das mulheres, que tem uma visão diferente. Poucas dizem - ‘olha, transar sem camisinha eu não aceito e se você não quiser ficar comigo, tchau. Eu não vou morrer’. Há dificuldade em se adotar essa postura. Tanto que mulheres casadas e as que têm namorados pegam mais AIDS porque não conseguem negociar camisinha com o parceiro. Além da gravidez precoce. Isso ocorre entre ricos ou pobres, porque não querem perder o namorado. Porque a última palavra em muitos casos é dos meninos. Ainda há dificuldade de empoderamento das mulheres, das meninas”.

Romper com esse estereótipo da mulher é uma das bandeiras da UNE, aprovadas no último Encontro de

Mulheres da entidade. A carta aprovada aponta a necessidade de “denunciar a naturalização da maternidade como destino de todas as mulheres e a negação de autonomia sobre nossas vidas”.

### O mito da maternidade

Se a sexualidade é um tabu, a maternidade é um mito. Enaltecida socialmente, se transformou num ícone cultural e numa grande hipocrisia da sociedade. O Estado não se responsabiliza pela reprodução, não se preocupa com a educação sexual, não garante de fato o acesso à prevenção, não oferece creche. Nem os parceiros assumem a responsabilidade, nem o mercado de trabalho cumpre a lei de licença maternidade, e quando a mulher volta da licença muitas vezes é demitida. Ou seja, todo o peso da reprodução fica nas costas das mulheres. Quando uma mulher engravida as pessoas perguntam em tom acusatório: “porque você não usou alguma coisa?”. E quando ela resolve ter o filho, recai sobre ela também esse peso. Ou quando ela resolve não ter, interromper a gravidez, ela é criminalizada sozinha.

### Pelo direito de decidir

Reconhecer a cidadania plena das mulheres, sua igualdade perante os homens e conferir-lhe o direito de tomar as decisões sobre a sua vida. Essas são as reivindicações de mulheres e homens que defendem o direito da mulher decidir sobre se deseja ser mãe, ou se irá interromper uma gravidez indesejada.

Esse é o contexto e o pressuposto do debate sobre o aborto. “O aborto não pode ser estimulado como método anticoncepcional, mas a mulher que reconhece, que avalia que não tem condições de levar uma gravidez até o fim, ela deve ter o direito de interromper essa gravidez até a 12ª

semana, que é o período até o qual não há risco para ela”, defende Dulce Xavier.

As pessoas não têm informação sobre a questão do aborto. A informação que se tem é que o aborto é crime, pecado e a mulher que faz vai para o inferno. O movimento de mulheres tem contribuído para mudar essa visão. Mas, enquanto permeia a desinformação, o aborto é praticado de forma insegura e, atualmente, é a 4ª causa de morte de mulheres no Brasil.

Estudo publicado recentemente pela Federação Internacional de Planejamento Familiar – IPPF - *Morte e Negação: Abortamento Inseguro e Pobreza*, divulgado em 30 de maio, aponta que a média brasileira de abortos, em 2006, foi de 2,07 abortos induzidos por grupo de 100 mulheres.

Para a diretora da IPPF Carmem

Barroso, “a proibição legal não elimina a prática do aborto”. Todos os anos, cerca de 230 mil mulheres buscam atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS devido a complicações como hemorragias e perfuração do útero ou da parede vaginal. Em 2005, foram registrados 2.781 atendimentos pelo SUS de meninas de 10 a 14 anos para tratamento de complicações pós-aborto. Entre as mulheres de 15 a 19 anos, houve 46.504 atendimentos, dados que chamam a atenção da diretora da Federação, Carmem Barroso, para o crescente número de meninas e a adolescentes que engravidam, cada vez mais cedo.

### Um questão de saúde pública

Mas a pressão do movimento de mulheres e da sociedade fez com que o debate sobre o tema ga-



nhasse fôlego. Mostra disso são as recentes declarações do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão e do próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva sobre a necessidade do Estado tratar a questão do aborto como um problema de saúde pública. Nem a visita do Papa e as ameaças do Vaticano de excomungar os políticos que defendam o aborto intimidaram o presidente e seu ministro, que adotam uma posição altamente avançada.

Dulce Xavier chama a atenção para outros avanços que vêm sendo conquistados a partir de amplos debates realizados nas Conferências de Mulheres e nas Conferências de Saúde. Uma delas foi a edição de uma norma técnica do Ministério da Saúde, em 2005, orientando o SUS a atender de forma humanizada e respeitosa as mulheres que provocam aborto clandestino e acabam recorrendo a um hospital público para tratar as conseqüências. “As mulheres eram mal tratadas, julgadas pelas pessoas que as acolhiam no sistema público de saúde. Muitas vezes ficavam sangrando horas ou faziam curetagem sem anestesia. Outra coisa fundamental foi a criação de uma comissão especial com representantes do Executivo, do Legislativo, e da sociedade civil para elaborar uma proposta para a legalização do aborto. O projeto de lei em questão está em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. É primeira vez na história do Brasil que o governo toma a iniciativa de rever uma legislação que é de 1940”, explica Dulce.

### Estado e religião

O papel do Estado, que é laico - não se pauta pelas questões religiosas para definir suas políticas -, é orientar,

dar atenção às mulheres no sistema de saúde para que elas não corram risco de morte, disponibilizando um planejamento para que ela não volte a recorrer ao aborto.

Dulce Xavier das Católicas pelo Direito de Decidir reconhece que é uma “arrogância muito grande do setor conservador achar que o parâmetro para a sociedade é o parâmetro católico”, referindo-se ao posicionamento tanto da Igreja, quanto de intelectuais católicos que se colocam veementemente contrários ao aborto, como no caso do jurista Ives Gandra Martins, que em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que o Estado não pode ser ateu. “Ora bolas, quem disse que os critérios dos católicos são mais éticos do que os critérios dos ateus? Os ateus também têm critérios para vivenciar e estabelecer relações com a sociedade. As outras religiões também têm. E a Igreja Católica não reconhece nem as outras religiões. Isso é uma arrogância muito grande, é se colocar acima das outras religiões e o artigo do Ives Gandra reforça isso”, dispara Dulce.

O Estado ser laico pressupõe que ele deva acolher todos os pensamentos, os do que acreditam e os dos que não acreditam em Deus.

### A vida é uma transformação

O debate sobre o aborto resvala, ainda, sobre outra questão: a da vida. Muitos condenam a interrupção da gravidez sob o argumento de que se está matando uma vida, os mais rai-vosos chegam a falar em assassinato.

Qual o origem da vida? Aí reside um debate pra lá de filosófico. Alguns cientistas afirmam que a vida não tem um início pré-definido. A vida é uma transformação, ela vai se modificando. “Porque já existia a vida antes da gente nascer, o óvulo tem vida e o espermatozóide também. A vida entendida só no seu

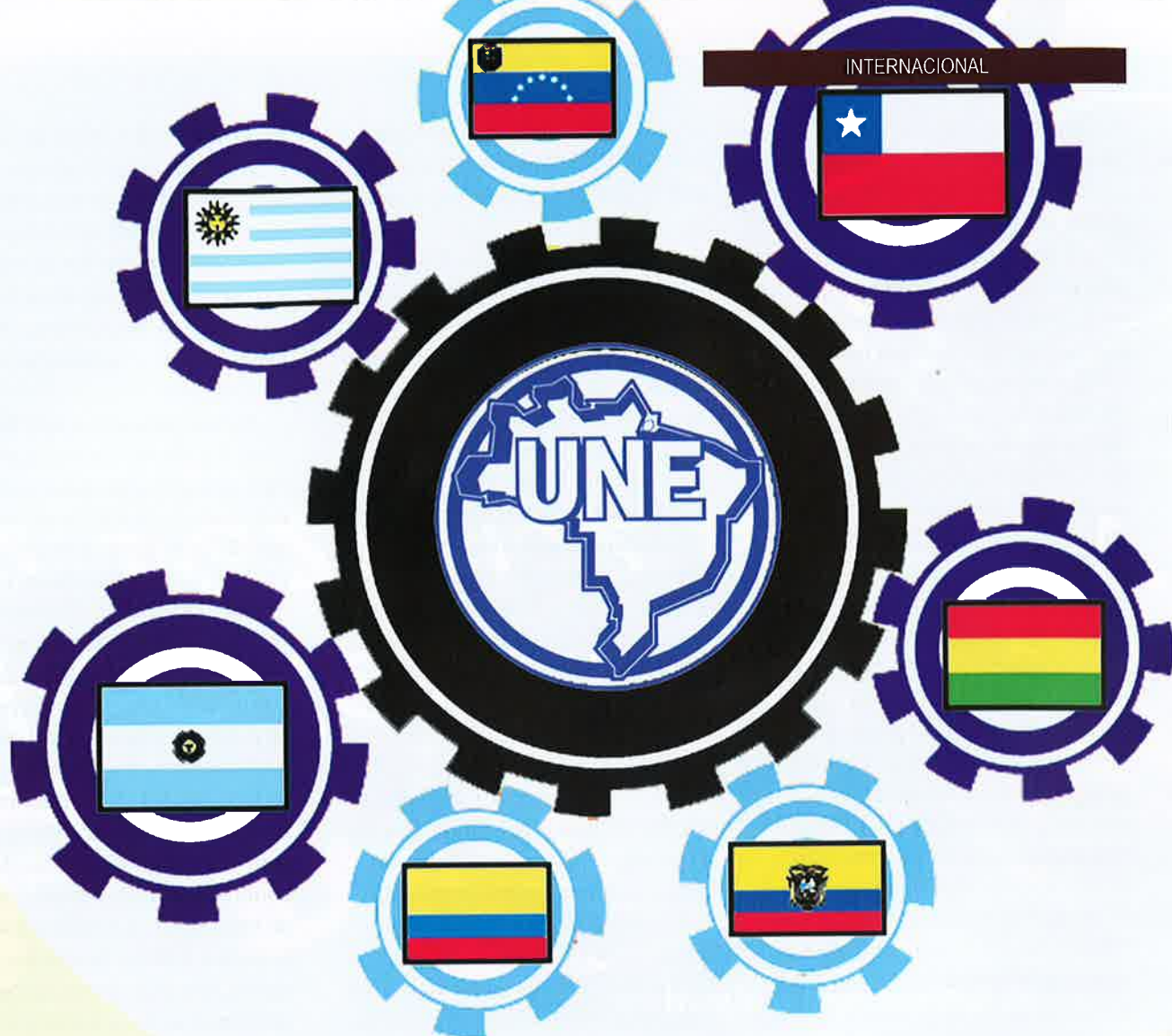
aspecto biológico é muito restrita. Porque a vida não é só biológica, ela se coloca num sistema social. Para ter vida é preciso ter dignidade, é preciso ter comida, ter acolhimento, ter respeito”, defende Dulce.

Olhando apenas pelo aspecto biológico e médico, se considera que o feto é uma vida autônoma no momento em que há o desenvolvimento do córtex cerebral, o início do funcionamento do cérebro. Ora, se a morte cerebral é o critério médico utilizado para determinar a morte de alguém e autorizar o transplante de órgãos, portanto, é razoável considerar que começa a haver vida a partir do momento que se desenvolve o córtex cerebral, o que se dá a partir da 12ª semana de gravidez. Esse é o motivo pelo qual todos os países que legalizaram o aborto, o fazem até a 12ª semana.

Dulce Xavier considera a definição desses parâmetros científicos muito importante, “ninguém defende que as pessoas façam aborto com 6 meses de gravidez, quando já há já a possibilidade de sobrevivência desse feto”.

### Decidir não é crime!

Dados da Organização Mundial de Saúde apontam que nos países em que houve a legalização do aborto o que se observou foi uma diminuição do número de mortes de mulheres e de distúrbios de saúde em razão de abortos inseguros. Por outro lado, não houve elevação das taxas médias de abortamento. Várias organizações feministas se destacam na luta pela legalização do aborto, como a Marcha Mundial das Mulheres e a União Brasileiras de Mulheres, entendendo que a conquista desse direito exige protagonismo dos movimentos sociais no debate. A informação e a luta são as melhores armas contra preconceitos e tabus sobre o tema.



# UNE: 70 ANOS

## A FAVOR DO BRASIL E DO MUNDO

*Por Luciano Resende*

**N**as vésperas de completar sete décadas de existência, a UNE se consolida como uma das entidades estudantis mais reconhecidas e influentes em todo mundo, fruto de seu pensamento e trabalho internacionalista. É fundamental conhecer e valorizar

essa história que remonta à sua fundação para continuar apostando nas lutas que extrapolam nossas fronteiras, construindo plataformas comuns que são causas de todo o movimento estudantil e social mundial.

A trajetória da UNE é distinguida por variadas ações de solidarie-

dade às lutas estudantis pelo mundo e outras causas internacionais mais amplas envolvendo distintos agentes sociais do campo democrático e popular. Nos dias atuais, a UNE prossegue fazendo jus ao seu passado e se projeta ainda mais como uma das entidades estudantis mais combativas do planeta, continuan-

do, sem contra-senso, com a sua atuação voltada a questões específicas em torno da educação até temas gerais em defesa da paz, da democracia, pela integração dos povos e nações e contra o imperialismo.

Exemplo recente desse destacado protagonismo foi o fato de a UNE ter sido a organizadora dos últimos Encontros Internacionais de Estudantes nas edições passadas do Fórum Social Mundial, representando a Organização Continental Latino Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), logrando reunir diversas organizações congêneres de vários países em torno de uma agenda comum, traduzida em um manifesto unitário mundial. É esse acúmulo que permite que a UNE também represente a juventude e os estudantes em âmbito mundial, em nome da OCLAE, nas reuniões do Comitê Internacional (CI) e do Conselho Hemisférico (CH) do Fórum Social Mundial, da Aliança Social Continental, da Assembleia Mundial dos Movimentos Sociais e outros importantes fóruns e espaços que vem sendo ocupados com muita propriedade, legitimando a entidade como a porta-voz de milhões de estudantes de todos os continentes.

Mas essa posição não é fortuita ou tampouco casual. Foi conquistada através de muito empenho, participando de todas as lutas, eventos e atividades mais importantes, sempre intervindo a favor da educação como ferramenta estratégica para uma integração regional soberana, instrumento fundamental no combate às graves assimetrias entre os países. É o que se constata, para citar apenas o último ano na América Latina, na notada participação da UNE na Cúpula Social pela Integração dos Povos em Cochabamba, na Cúpula Continen-

tal dos Povos Indígenas, na Guatemala, e no Encontro Internacional contra os Tratados de Livre Comércio em Cuba.

No que diz respeito estritamente ao movimento estudantil latino-americano na atualidade, a UNE respalda firmemente a mais recente luta dos estudantes colombianos que estão sendo assassinados por grupos paramilitares e perseguidos pelo governo Uribe, clama juntamente com os estudantes cubanos a libertação dos cinco anti-terroristas presos pelo império estadunidense e apóia a luta pela democratização dos meios de comunicação liderada por organizações estudantis da Venezuela. Também o recente “Fora Bush” não ficou restrito ao Brasil - onde a UNE mobilizou a juventude em atos de protestos por todas as regiões do país -, pelo contrário, foi externado o apoio a entidades em todos os países onde o presidente dos Estados Unidos visitou, como a FEUU do Uruguai, ACEU da Colômbia, AEU da Guatemala e as organizações estudantis mexicanas.

Por essa intensa atuação, a UNE representa toda a América do Sul na OCLAE, compondo seu Secretariado Executivo juntamente com mais duas outras históricas entidades: a União Nacional dos Estudantes da Nicarágua (UNEN) e a Federação Estudantil Universitária de Cuba (FEU), responsáveis por América Central e Caribe, respectivamente.

Pelo mundo afora, a UNE é reconhecida pela intransigente defesa da educação pública e gratuita, livre dos acordos comerciais - que visam sua mercantilização e a coloca sujeita à lógica do mercado em esfera global. Nessa batalha, esteve presente nas duas últimas Conferências Mundiais de Educação promovida pela UNESCO, em

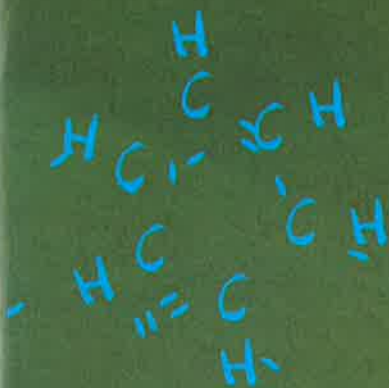
Paris, em 1998 e 2003, demarcando com setores conservadores, peitando na tribuna, juntamente com aliados como o Grupo Montevideu, representantes dos Estados Unidos - de volta a essa organização onde defendem os interesses do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio.

Diante tudo isso a opinião da UNE é cada vez mais respeitada e suas posições servem como referência para muitas organizações que de igual modo trabalham pela unidade do movimento social em nível mundial. Não à toa entidades estudantis irmãs se mantêm firmes em prol do fortalecimento do Mercosul - com a UNE participando de todos os fóruns sociais paralelos aos encontros dos presidentes -, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e da Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) como instrumentos estratégicos de integração econômica, social, política e cultural dos países da região, em contraponto às políticas unilaterais com os Estados Unidos.

A atuação interna e cotidiana é comum a todas as organizações estudantis em todo o mundo. O mérito da UNE tem sido o de, ao longo dos anos, sempre procurar aliados para travar a luta contra o inimigo maior de nossa época em escala global: o imperialismo.

O 50º Congresso da UNE é o momento de reafirmar tudo isso e podemos afirmar, sem medo de errar, que se trata de um dos eventos sociais mais importantes, figurando na agenda internacional dos movimentos e redes. E é nessa ocasião que mais uma vez, milhares de estudantes vão reafirmar ao Brasil e ao mundo que um filho seu não foge à luta, jamais.

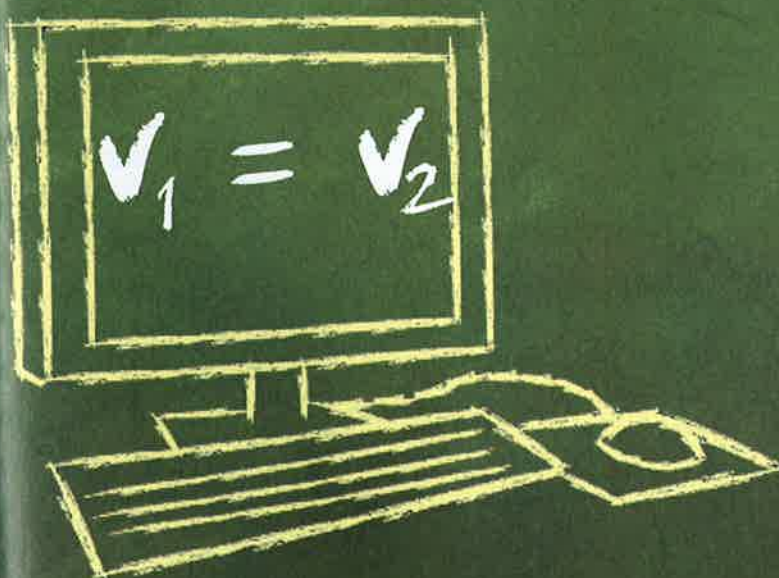
**Secretário Executivo da  
OCLAE em Cuba**



# OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PDE

Desde o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, no último mês de abril, os estudantes e as demais entidades ligadas à Educação têm debatido a proposta do MEC. O balanço das análises dá conta de aspectos positivos e de muitas questões que precisam ser esclarecidas, aperfeiçoadas ou incluídas.

Por Daniele Moraes



**N**o esteio do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o governo federal lançou, em abril, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Composto por 47 atos, ele foi alardeado pelo MEC, com o respaldo político do Presidente Lula, como a principal medida do governo para a Educação. De outro lado, foi recebido pelas entidades da comunidade educacional (estudantes, professores e funcionários) com muita cautela e ressalvas.

Entre as críticas que fazem a UNE, a UBES, a Contee, a CNTE, a Fasubra está a falta de um debate prévio entre os variados setores sobre o Plano, certa fragmentação das políticas previstas e, ainda, indefinições sobre a origem dos recursos para viabilizar os projetos. Outra preocupação, particularmente no que se refere ao Ensino Superior, é o receio do PDE acabar inviabilizando ou retardando o processo de tramitação da Reforma Universitária na Câmara.

Em que pesem estas ressalvas, o PDE apresenta elementos positivos e que podem, se efetivamente implementados, melhorar a Educação e beneficiar estudantes desde o Ensino Fundamental até o Superior – passando pelo pré-escolar e profissionalizante.

É o caso da meta para duplicar as vagas no Ensino Superior no prazo de 10 anos. Segundo o Plano, para o recebimento de recursos adicionais para promoção da expansão de vagas, as universidades federais precisarão apresentar projetos de reformulação interna, que incluam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, redução do custo por aluno, criação de novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão.

Além disso, a articulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) com o Programa

Universidade para Todos permitirá o financiamento de 100% das bolsas, hoje parciais, do Prouni e aumentará o prazo para o aluno quitar o empréstimo do Fies após a conclusão do curso. Outro decreto incluído no PDE autoriza a contratação de professores e técnicos nas universidades federais por meio de um projeto de lei que cria 2,8 mil novos cargos de docentes e 5 mil novos cargos de técnicos administrativos.

Estas medidas consolidam iniciativas de democratização do acesso e ampliação das vagas. Entretanto, há muito que melhorar e a UNE teme que o PDE enfrente resistência à sua implementação até mesmo dentro do governo. Afinal, diversos pontos do Plano, especialmente aqueles que necessitam de significativo aporte financeiro, vão de encontro direto com os interesses privilegiados pela atual política econômica, que ainda prioriza recordes de superávit primário em detrimento dos investimentos em políticas sociais.

### De onde vem o dinheiro?

Um fato que colabora para essa preocupação é a falta de clareza em relação à origem dos recursos que sustentarão os investimentos necessários para a viabilização do PDE. Para o Presidente da UNE, Gustavo Petta, corremos o risco de que as metas do Plano não sejam cumpridas, simplesmente porque o governo não apresentou a fonte dos gastos. “Assim como outros planos já propostos para as universidades no País, o PDE, infelizmente, não informa de onde virá o dinheiro para a sua sustentação. E o engessamento da economia é o principal inimigo, pois se opõe aos investimentos em educação”, afirma Petta. Para a UNE, assim como na proposta de Reforma Universitária que vincula 75% (dos 18% da receita gerada pela arrecadação de impostos) à Educação Superior, o PDE deveria ter garantia

semelhante. Segundo o MEC, a suplementação de verbas seria mais efetiva a partir de 2008 e isso definirá o ritmo de implementação do Plano.

### E a Assistência Estudantil....

À parte essa preocupação, uma das principais críticas dos estudantes ao PDE é a ausência de uma política clara para Assistência Estudantil. É imprescindível tratar do tema, especialmente quando há ações que pretendem expandir o acesso ao Ensino Superior. Além de garantir a inclusão dos jovens na universidade é fundamental que ele tenha condições de permanecer no curso, aprender, dedicar-se e concluir a graduação. O apoio ao estudante é tão importante para sua boa formação quanto a qualidade do ensino e a democratização do acesso.

O MEC declarou que está aberto a receber contribuições e inclusões de medidas ao Plano, mas até o momento não tomou nenhum posicionamento concreto neste sentido. A UNE acredita que é preciso haver um compromisso formal para que as reivindicações e as ações de ampliação do acesso, permanência e expansão não fiquem no papel ou no discurso.

Isso porque a aplicabilidade do Plano e a eficiência das ações são vistas como desafios até mesmo para o Ministério, que já admitiu que precisará se adequar e se estruturar para absorver as mudanças e atingir as metas estabelecidas. Em entrevista coletiva sobre o PDE, o ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que o MEC “além da questão orçamentária, precisa se organizar para uma nova cultura de acompanhamento e monitoramento de metas”.

### Faltou debate

Ao que tudo indica as dificuldades do Ministério não devem ser poucas. Afinal, a falta de interlocução com os



setores ligados à Educação na construção do PDE prejudica o trabalho, limita sua abrangência e desprestigia o debate democrático. Sem a participação efetiva dos principais atores na consolidação de diretrizes básicas, que necessitam ser delimitadas para nortear o destino da Nação, perdemos mais uma vez a oportunidade de ratificar o direcionamento da Educação como fator essencial para desenvolvimento pleno da cidadania de um povo.

As iniciativas do Plano podem ser positivas, mas enquanto não definirmos sob que parâmetros será estruturada a base do sistema nacional de educação, qualquer avanço ficará limitado a uma política de governo, a uma ação pontual, que corre o risco de jamais se tornar um marco no desenvolvimento nacional, consolidando-se como uma política de Estado.

Infelizmente, após meses e meses de trabalho, debates e formulações, o Projeto de Reforma Universitária que, este sim, propõe mudanças significativas nos rumos da Educação Superior no Brasil, está engavetado no Con-

gresso Nacional. O avanço conceitual ali proposto não pode ser menosprezado ou substituído por algumas dezenas de ações pontuais, por mais interessantes que sejam elas.

### Educação Básica

Do ponto de vista da Educação Básica as iniciativas foram bem recebidas e parecem criar condições positivas para a melhoria do ensino no País. Entre os pontos em destaque: o compromisso de levar energia elétrica a 700 mil alunos que ainda não têm luz na escola a partir de 2009, a informatização de todas as instituições públicas de ensino, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este indicador, a partir de avaliações e metas, será utilizado como instrumento de incentivo e como critério para a distribuição de verbas suplementares aos municípios que aderirem ao Projeto. O Ideb levará em conta o rendimento dos alunos, a taxa

de repetência e a evasão escolar.

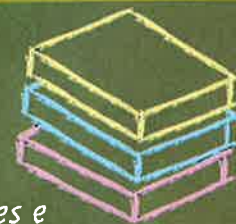
Se fosse avaliada hoje, a Educação Básica no Brasil, segundo os critérios do Ideb, receberia em média nota quatro. O objetivo do projeto é atingir nota seis nos próximos 15 anos. A previsão de investimento do MEC na aplicação do indicador é de R\$ 1 bilhão em 2007 – recursos adicionais ao Fundeb (Fundo da Educação Básica), para atender a mil municípios com os piores índices. Além destas medidas, há ainda a implantação gradual, até 2010, de um piso salarial de R\$ 850 para todos os professores da rede pública.

Para o presidente da UBES, Thiago Franco, “o PDE tem o objetivo de fazer algo que nunca foi feito pela educação brasileira: várias ações articuladas para dar um salto de qualidade. Só por isso merece nosso reconhecimento, mas ao mesmo tempo há uma série de falhas e problemas que precisam ser corrigidos para que de fato o Brasil possa ter sucesso na aplicação desse plano”.

## Conheça o PDE e as opiniões da UNE:

### Principais propostas para o ensino superior

- *Duplicação de vagas no Ensino Superior no prazo de 10 anos, com a expansão de cursos noturnos, redução do custo por aluno e flexibilização de currículos, entre outros;*
- *Articulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) com o Programa Universidade para Todos (Prouni);*
- *Contratação de 2,8 mil professores e 5 mil técnicos administrativos nas universidades federais.*



### Principais reivindicações e questionamentos da UNE

- *Definição clara da origem das verbas que garantam viabilidade das ações propostas pelo MEC.*
- *Derrubada do veto ao Plano Nacional de Educação para garantir a aplicação de 7% do PIB para Educação*
- *Iniciativas concretas que garantam a assistência estudantil aos alunos do Ensino Superior.*

# No compasso da 5ª Bienal da UNE

Vários ritmos e sotaques no teatro, no cinema, na música, na conversa do bar, nos shows.

A 5ª Bienal da UNE ocupou o centro histórico do Rio e se consolidou como evento obrigatório do calendário cultural universitário do País.

Por Renata Mielli



**L**apa, centro do Rio de Janeiro. A Fundação Progresso, um antigo casarão do século XIX que foi repaginado para abrigar um Centro Cultural, recebeu no início de 2007 o maior evento cultural universitário da América Latina. A 5ª Bienal de Arte, Cultura e Ciência da União Nacional dos Estudantes reuniu mais de 8 mil jovens de todos os cantos do Brasil.

Sob o tema *Brasil – África, Um rio chamado Atlântico*, debates, exposições, peças de teatro, música e cinema embalaram os 7 dias de vivência cultural universitária.

Cada canto da estrutura de ferro e alvenaria da Fundação transformou-se num país do continente africano. Os espaços Namíbia e Camarões abrigaram a mostra de artes cênicas. No espaço Gabão e Togo, debates. O cinema ficou por

conta do espaço Zimbabue. No espaço Angola, além de grandes debates, os shows que embalaram a galera da Bienal, como o de Lenine e Mr. Castra. No espaço Nigéria rolou o Café Literário Solano Trindade. No Guiné, a programação do Espaço Cuca com seminários, teatro, oficinas. O Palco Ubes rolou no espaço Moçambique. O show de Martinho da Vila, Beth Carvalho e do Cordão do Bola Preta, aconteceu no espaço Atlântico, ao ar livre, e atraiu milhares de cariocas e participantes da Bienal.

A 5ª Bienal da UNE se esparramou pelo centro do Rio, ocupando outras instalações que foram batizados de Quilombos e Terreiros. A mostra de Cinema Zózimo Bulbul aconteceu no Quilombo Babuí, no Cine Odeon. O lado C da Bienal rolou no Terreiro de Mãe Beata de Yemanjá, uma enorme tenda montada ao lado dos Arcos da Lapa.



Fotos: Lucimar



Shows, como de Dona Ivone Lara, e manifestações artísticas e culturais mostraram a diversidade brasileira na cidade carioca

Lá rolaram as atividades voltadas para a comunidade como oficinas, debates e apresentações musicais. O espaço GLBT foi batizado de Logun-Éde. Na Biental foram vários os Quilombos: Anajás, Maragogipe, Carlota, Mogi-Guaçu, Bracuhy e Alagoa, que abrigaram oficinas, debates, exposições e mostras de ciências. O Quilombo Turiaçu, no Circo Voador, abrigou a mostra de música.

Animação, emoção e muita reflexão tomaram conta da galeria. Foram mais de 42 debates que contaram com a participação de 170 convidados. As temáticas foram as mais variadas: energia, cultura, reforma universitária, esporte, políticas públicas para juventude, cultura, comunicação, cultura digital, além dos temas vinculados ao guarda chuva geral do tema Brasil-África.

Entre os convidados, personalidades como o escritor angolano Ondjaki (ver entrevista na pág 28), Jorge Mautner, Gilberto Gil, Augusto Boal, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a atriz Itála Nandi, Milton Gonçalves, Mãe Be-

ata de Yemanjá, Naná Vasconcelos entre outros.

Uma homenagem especial foi feita ao escritor, artista plástico, dramaturgo e ex-senador, Abdias do Nascimento, um dos primeiros a defender a criação de leis qualificando o racismo como crime de lesa-humanidade.

Além das mostras, shows e debates a Biental ofereceu 64 oficinas. A Mostra de Ciência e Tecnologia contou com 417 trabalhos das áreas de humanas, biológicas, exatas e biomédicas, 87 foram selecionados.

Para fechar mais uma Biental da UNE, a já tradicional Culturata percorreu o centro do Rio de Janeiro em direção ao Aterro do Flamengo. Passo-a-passo, naquele dia 1º de fevereiro, os estudantes ali reunidos construíam um episódio que entraria para a história da UNE: a retomada do terreno da entidade, na Praia da Flamengo, número 132. A UNE estava preparando o seu retorno para casa!

A Biental da UNE torna-se, definitivamente, o evento de referência para a discussão e apresentação da cultura universitária.



De cima pra baixo:  
Obras de Abdias do Nascimento;  
Martinho da Vila e Gilberto Gil  
com diretores da UNE;  
Espaço Angola.



Ondjaki fala na 5ª Bienal da UNE

# Ondjaki

## Um contador de histórias

Uma das caras da 5ª Bienal da UNE foi o escritor angolano Ondjaki. Um inquieto contador de histórias, como ele mesmo se define, que busca nas variadas expressões da arte um meio para falar das coisas boas do mundo. Ondjaki acredita que há um sentimento de amizade que une os países de Língua Portuguesa. “É muito bonito que um sentimento de amizade venha da língua”. Em entrevista exclusiva à *Movimento*, Ondjaki falou da língua portuguesa, da urgência de se olhar o continente africano a partir da sua diversidade e das suas experiências artísticas.

Por Renata Mielli

**Você diz que cada país tem uma maneira de viver a Língua Portuguesa. Qual é a sua maneira de vivê-la?**

A minha maneira de viver a Língua Portuguesa é muito aberta, porque quando eu saí de Luanda e fui para Lisboa estudar eu escutei outros sotaques. Tive que me confrontar com a diferença de sotaques e de atitudes perante à Língua. Há os que são mais perfeccionistas, os que querem se aproximar da regra gramatical e outros não. Eu tento fugir dos preconceitos (todos nós temos preconceitos). Não vou dizer que o brasileiro fala melhor o português que o angolano, ou que o próprio português. Eu conheci muita gente em Portugal que fala mal a Língua Portuguesa. E já conheci também muitos em Angola e no Brasil. Cada um vive a sua língua, porque a natureza se comporta de modos diferentes, com

ritmos diferentes, porque sofrem influências diferentes. Em Cabo Verde, a Língua Portuguesa sofre a pressão e o encosto do crioulo. Em Angola, sofre a pressão e o encosto das línguas latinas, em Moçambique também. No Brasil, vive o encosto de algumas línguas de modo regionais, mas também, o encosto da língua inglesa.

**O que você acha da renovação que vem de outras línguas e da tecnologia?**

Todos os dias a língua sofre pressões pela literatura, pela tecnologia, pela mídia. Depois, há uma subdivisão. Há incorporações que caem, que desaparecem, que não fazem sentido, e outras vão ficando, porque as pessoas fazem uso delas, precisam dessas novas palavras. Ora, a língua é viva! Se nós precisamos dessas palavras, não é a língua que vai se recusar a incorporar certos termos.

## **Essa renovação é incompatível com a idéia de proteger a língua portuguesa?**

É certamente possível. É obvio que a língua não pode e nem se deve prostituir a toda e qualquer influência. Não sei se seria necessário estarmos a dizer *Shopping Center, delivery*. Não, talvez tenhamos nossas próprias palavras para isso. Mas, de repente, um escritor, um poeta inventa um novo termo, uma nova palavra, e essa palavra ganha uma força de uso, não uma força acadêmica. Ela se afirma, então deverá ser incorporada, de acordo com algumas regras, evidentemente. Não podemos abandonar a gramática, mas não podemos deixar a gramática aos efeitos da modernidade.

## **O povo brasileiro está se reencontrando ou re-significando o termo africano. Ele é um termo que reduz a diversidade da África?**

Essa é uma palavra (África) perigosa, e que aqui no Brasil se usa muito. Saí de uma entrevista que a moça disse ‘como é esse diálogo do Brasil com a África?’. Eu fui forçado a dizer: eu não sei nada do diálogo do Brasil com o Senegal, com a Nigéria, nem com o Marrocos. Porque eu não sei. Do próprio diálogo do Brasil com a Angola eu sei pouco. Mas entendo quando se diz que essa palavra está a ser dimensionada aqui no Brasil. O que eu aponto é que a África não é um país. Cada país africano tem uma diversidade étnica muito grande. Nossas fronteiras foram desenhadas na Conferência de Berlim, não têm estrutura lógica nenhuma, nem étnica. As etnias foram forçadas a se sentir divididas a partir de uma geografia inventada. Quando dizem algo da África, eu quase que me rio, porque eu não sei, não posso saber. Nem mesmo um especialista em todo o continente africano pode responder por um continente. Ninguém pode, já é tão difícil respon-

der por um país! Só acho que cada vez mais temos que pensar na África como um território de diversidade, a partir daí vamos pensar o que constitui essa diversidade.

## **Você falou que o destino da cultura é a viagem. Vivemos uma sociedade que potencializou essa viagem com as novas tecnologias, com internet, blogs. Como você se apropria disso?**

O destino é viajar, mas a sabedoria advém das coisas vividas com tempo. O problema é que estamos a viajar rápido demais, banda larga, satélites, informações fartas que não assimilamos. A cultura devia viajar um pouco mais devagar. Mas é ótimo, eu uso a tecnologia para me comunicar, me esforço para responder a todos os e-mails. As pessoas perguntam: ‘quem escreve seus e-mails? Tem uma secretária automática?’, eu digo que não, mesmo que sejam curtos, eu escrevo. A internet bem usada, a globalização bem usada não têm problemas, são as características normais da modernidade. O problema sempre é o uso político e social que damos às coisas.

## **Como surgiu sua vocação para a arte? Como as artes se comunicam no seu trabalho de escritor?**

O que há entre elas é a sensibilidade. Tudo para mim são experiências, o que quero fazer é contar uma história. Fiz um documentário para contar a história de Luanda. Pinteí quadros, para contar histórias. Sou uma pessoa inquieta por dentro, essa inquietação me faz procurar varias técnicas, varias ferramentas ... mas no fundo são técnicas de escrita. A observação, a experimentação em termos teatrais (também já fiz) tudo isso para mim são modos de experimentar a minha criatividade e de recolher experiências. O que eu faço depois com isso é escrever. Já já eu vou parar com tantas

coisas! Eu já tenho 29 anos, tenho que parar com essas coisas... mas a partir dos 40 eu só vou escrever e fazer filmes... Isso são planos...

## **E sua incursão no cinema? Algum documentário te despertou para esse caminho?**

Não, pelo contrário. Sou uma pessoa que vê muitos filmes de ficção, vi poucos documentários. Foi a partir de um desejo mais profundo de achar que estão a acontecer coisas em Luanda que é preciso mostrar, coisas boas, não mostrar coisas más. As coisas más estão lá, mas eu não vou fazer um filme e dedicar 100% do meu esforço - como algumas pessoas fazem - a mostrar coisas más, a transmitir o quê? Para trabalhar com desesperança? Dentro de um quadro que é complicado em Luanda quis procurar as histórias positivas. Procurar as pessoas que estão a vencer, e que conseguem arrastar os outros, quer dizer, vamos para cima, vamos para frente. Conheci um grupo de pessoas que davam um bom filme. Não é que eu pensei e fui buscar as pessoas, não. É que eu pensei “ah, o que tenho aqui, 10 pessoas que dão um bom filme”. Fizemos o *Oxalá cresçam pitangas*, que é um filme sobre 10 cidadãos de Luanda que dialogam entre si sobre a modernidade da cidade de Luanda. No final, eu percebi que tinham muito mais para dizer do que aquilo que eu tinha imaginado... A pessoa entende a sua linguagem, entende que estas a procura de coisas boas. Elas colaboram, porque sentem parte da construção de uma idéia de Angola. Por que estamos cansados de ver Angola nas mídias sempre de uma maneira horrorosa. Angola é um país de uma criatividade extrema, de um otimismo, de uma lucidez cultural muito grande, tem muito para oferecer.

# “Vamos fazer o mundo mais do nosso jeito”

Gianfrancesco Guarnieri  
Por Renata Mielli



fotos: Ana Dupas

Grupo de Teatro



Márlia Medalha



Vânia Sant'Anna



Roda de samba

Um amplo terreno em declive. Na frente, as casas que abrigam, desde a década de 80, a sede das entidades estudantis. No fundo, descendo por uma rampa, um estacionamento. Estacionamento? Há anos que o desejo de transformar aquele espaço sem vida, entrada e saída para automóveis, calava fundo nas sucessivas gerações de dirigentes estudantis que passaram pela Rua Vergueiro, 2485.

No início da década de 90, ensaiou-se algo para mudar a cara daquele espaço. No canto, um pequeno palco foi erguido para abrigar shows e atividades culturais. Não vingou. A estrutura ficou lá, abandonada ao tempo.

Foi numa sexta-feira tipicamente paulistana, friozinho, garoa, que aquele pequeno palco ganhou vida através do CUCA. A ele, outras estruturas foram somadas. Uma grande lona branca tensionada, sustentada por mastros disformes, preenche uma parte do terreno, moldando-se ao que já havia. Sob essa membrana, nasce uma Arena para apresentações musicais e teatrais.

Além da Tenda, foi construído um anexo de alvenaria para abrigar oficinas, uma sala para o CUCA e a biblioteca. Abaixo do palco, um camarim e na lateral banheiros para o público. Tudo idealizado para permitir a livre circulação com acessibilidade.

O Espaço Cuca de São Paulo carrega a marca da persistência, depois de duas vezes ter sido despejado de outros endereços paulistanos. O Espaço Cuca de São Paulo tem a marca da luta, da ousadia e determinação. O Espaço Cuca de São Paulo leva o nome de Gianfrancesco Guarnieri.

E foi com uma homenagem a este grande dramaturgo brasileiro, que iniciou seus passos como dirigente estudantil e percorreu um grande caminho pela arte e cultura nacional, que o Espaço Cuca iniciou suas atividades, em 16 de junho de 2007.

A Arena, palco preferencial de Guarnieri, foi preenchida por um espetáculo único, especialmente produzido para a ocasião. As pessoas iam chegando. Os dirigentes estudantis de outros tempos olhavam curiosos e emocionados para o novo endereço cultural da cidade. Os dessa geração caminhavam satisfeitos por terem concretizado um sonho.

As luzes da Arena brilharam. Começava o espetáculo, que transpirava a cada gesto dos artistas a vida e obra de Gianfrancesco Guarnieri.

“Não adianta alguns jovens quererem acabar com a cabeça de alguns velhos. É preciso acabar com isso, é preciso fazer logo a revolução, como um filho querendo explodir tudo. Esse era o recado do dramaturgo” sentencia a atriz ao público de olhos fixos.

Os grupos dirigidos por Heron

## Espaço CUCA Gianfrancesco Guarnieri, o novo ponto de encontro dos estudantes

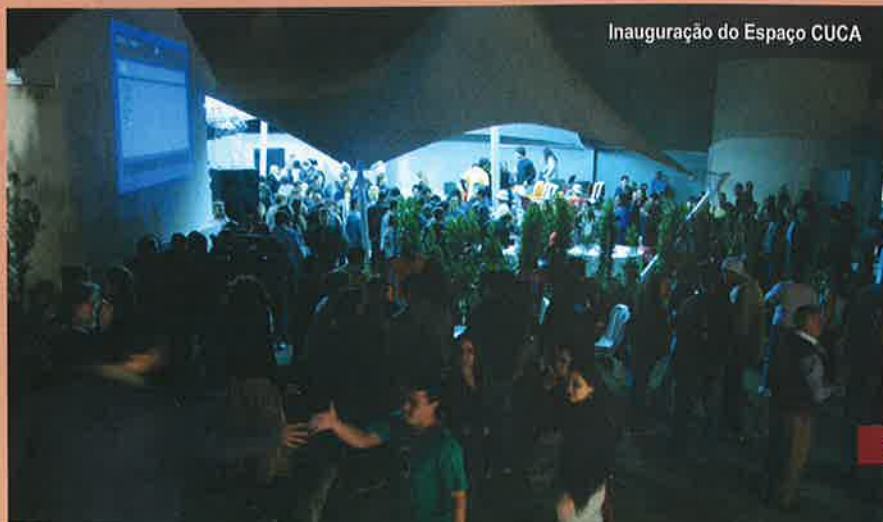
Depois da inauguração, fiz um *tour* pelo Espaço CUCA Gianfrancesco Guarnieri guiada pelo coordenador nacional do CUCA, Tiago Alves, que nos contou cada passo desde a concepção até o nascimento do novo Espaço Cultural.

Ainda em meio às obras de finalização da reforma, caminhamos entre as mudas das plantas que formarão um canteiro no local “para humanizar o espaço com um pouco de verde, um pouco de colorido”, mostrando que cada detalhe foi pensado para tornar o CUCA mais aconchegante, “um espaço de convivência dos estudantes, onde eles possam se encontrar, trocar informações, participar de aulas, ler os livros da UNE, ler revistas, tomar um café, conversar com os diretores. Isso foi a primeira coisa que a gente pensou”.

A biblioteca comunitária do Espaço Cuca parte do acervo doado pela família do Guarnieri, “queremos tornar o CUCA uma referência para a obra do Gianfrancesco Guarnieri. Temos informação sobre ele, lemos o texto que ele produziu, os vídeos e o que ele tem de produção cinematográfica, músicas... então pode ficar interessante”.

Além da biblioteca, dos shows e oficinas o Espaço Cuca Guarnieri vai contar com um estúdio para os trabalhos de áudio-visual. “Para as bandas ensaiarem, gravarem seus CDs, mixarem, para filmagem e edição de cinema. É uma área que a gente está atuando muito”, conta Tiago, que aproveita para fazer a propaganda do Festival de curta-metragens *Curta Cuca*, para incentivar a difusão de produções cinematográficas de universitários. Informações no [www.une.org.br](http://www.une.org.br)

O coordenador nacional do CUCA nos adiantou como vai ser o funcionamento do novo Centro Cultural. “Tivemos uma experiência super legal. Nós abrimos um edital - uma idéia do coletivo de SP - que ficou uma semana no site da UNE e 59 projetos se inscreveram. Todos eles com sustentabilidade. Vamos criar uma grade. No teatro, a idéia é que tenhamos grupos que ocupem o espaço, dois já se interessaram. As oficinas devem começar a rolar em Agosto e logo a programação cultural do novo espaço estará disponível”. Fique de olho!



Inauguração do Espaço CUCA

Coelho, um jovem especialista em Guarnieri que montou a peça encenada naquela noite, não se conheciam, mas se reconheceram ali, naquela Arena, bem ao estilo do teatro do homenageado.

Esquetes de obras como *Gimba*, *Arena canta Zumbi*, mescladas com músicas de sua autoria como *Upa Neguinho*, *Memórias de Marta Saré* e trechos de outros dramaturgos como Brecht, Maiakóvisk e Miller compuseram o espetáculo que teve a participação mais do que especial de Marília Medalha, que disse emocionada “quanta coisa eu aprendi na rua Teodoro Baima, em 1965...”, lembrando-se dos tempos em que começara sua carreira ao lado de Guarnieri no Teatro de Arena, em São Paulo.

No elenco especialíssimo daquela noite também estavam Vânia Bastos, Nábila Vilella, José Eduardo Rennó, Adriana Moreira, Rodrigo Fabbro, Junior Pitta, Rafael Moreira, IVO 60, Cia. de Domínio Público, Grupo A.L.M.A.

Ao final da apresentação, a homenagem à família de Guarnieri recebida por sua companheira, Vanya Sant’anna que estava ao lado dos filhos e netos. Em lágrimas, ela lembrou da frase encontrada no computador do dramaturgo, provavelmente a última por ele escrita: “todo dia agradeço ao céu que olha por mim, estou vivo!”.



Por Renata Mielli

Millhares de estudantes caminhavam pelas avenidas do centro do Rio de Janeiro, rumo ao Aterro do Flamengo, na passeata cultural que já se tornou tradição no calendário das Bienais de Arte e Cultura da UNE – a Culturata. À frente, um cordão de ex-presidentes da entidade iam em direção à uma conquista: recuperar o terreno da UNE na Praia do Flamengo, 132. O dia 1º de fevereiro entrava na-

quele momento para a história do movimento estudantil.

Incendiada em 1º de abril de 1964, no primeiro ato de selvageria da ditadura militar recém instalada, a sede da UNE voltava a ter vida, 43 anos depois, no acampamento organizado por centenas de estudantes. Primeiro vieram as barracas, cerca de 150. Aos poucos, outras estruturas foram criadas para dar melhores condições de funcionamento para as entidades estudantis, para os acam-

pados e, também, para lançar as bases para o início das atividades culturais do novo espaço cultural da cidade do Rio de Janeiro.

O apoio da sociedade à ocupação do terreno foi maciça. O manifesto *UNE de Volta pra Casa!* recebeu dezenas de assinaturas de moradores da região, parlamentares, artistas, ex-dirigentes estudantis, de outras entidades do movimento social. Entre os signatários o cantor Chico Buarque, o ator Paulo Betti, o ministro da Cultura,





A programação cultural da Sede no Rio a todo vapor

Gilberto Gil. Oscar Niemeyer, que sempre foi um entusiasta do retorno da UNE e da UBES para o seu espaço, não só apóia a iniciativa como assina o projeto arquitetônico do novo Centro Cultural que vai abrigar os estudantes na Praia do Flamengo, 132.

Visitantes ilustres também já passaram por lá: o músico Carlos Lyra, autor do hino da UNE, o pugilista Popó, o ministro do Esporte, Orlando Silva, a atriz Vera Holtz.

A programação Cultural do acampamento dos estudantes, que já funciona há 5 meses, vai de vento em popa. Oficinas, rodas de samba, apresentações de teatro e sessões de cinema agitam a galera. O núcleo do CUÇA é o responsável pela programação e pela produção do Cine-Jornal, disponível pelo site de vídeos YouTube.

Depois da ocupação, mais uma vitória dos estudantes: a negação do pedido de reintegração de posse apresentado à Justiça carioca pelos representantes do estacionamento clandestino que funcionava irregularmente no terreno.

A UNE está de volta pra Casa! Agora, o próximo passo é ir à luta para viabilizar a construção da nova sede. Em breve, mais esse capítulo da história do movimento estudantil será escrito pela determinação e ousadia dos estudantes de todo o País.

Fotos: Lucimar



Culturata rumo à Praia do Flamengo, 132



Carlos Lyra com Louise Caroline, Gustavo/Petta e Márcio Ladeira



O último vestígio de estacionamento clandestino deixa o terreno da UNE



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI

nº 5.192, de 1985

(Do Sr. Aldo Arantes)

*Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.*

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União Nacional dos Estudantes — UNE, criada em 1937, é a única e legítima entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.

Art. 2º As Unões Estaduais dos Estudantes — UEEs — são as entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma Instituição de Ensino Superior.

Art. 3º Direções Centrais dos Estudantes — DCEs — são as entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Instituição de Ensino Superior.

## Justificação

Instituída em 11 de agosto de 1937, a União Nacional dos Estudantes foi oficialmente reconhecida pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, como entidade coordenadora e representativa dos estudantes universitários de todo o País.

Ao longo da sua vida, a União Nacional dos Estudantes — UNE — marcou a sua presença na vida política nacional não só pela defesa intransigente dos direitos dos estudantes e do desenvolvimento da cultura nacional, mas pela posição de vanguarda que sempre assumiu quando se tratou de lutar em defesa da democracia e da soberania nacional. Logo no início da sua existência promoveu a campanha contra o Estado Novo e o Nazifascismo, sendo a primeira entidade brasileira a apoiar a luta por uma República Democrática e Socialista.

# da redemocratização aos dias atuais

Por Angélica Müller\*

A segunda metade da década de 1980 traz um panorama totalmente diferenciado dos últimos vinte anos anteriores.

Com a democracia reconquistada, uma nova Constituição, eleições diretas para presidente e a UNE legalizada, o Ensino Superior, por consequência os universitários, também apresentavam outro perfil. Como não poderia ser diferente, a pauta do movimento estudantil se adaptou aos novos tempos.

Com a proliferação das universidades privadas a questão do aumento de mensalidades torna-se central nas reivindicações estudantis. Outro ponto importante passa a ser a preocupação com a Ciência e Tecnologia produzida em nosso país. Parceiros desde a luta pela redemocratização, a UNE estreita

laços com a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Patrícia di Angelis, presidente da UNE em 1989 relembra:

“Eu me lembro que nós começamos uma aproximação com o SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), com essa relação com a produção de ciência e tecnologia e a luta pela questão das patentes. Nós éramos pela liberação do acesso aos resultados de pesquisa. Achávamos que essa coisa de patentes restringe muito. Era uma grande discussão da época.”

Revivendo o clima de “Anos Rebeldes”, minissérie da TV Globo sobre o regime militar e as manifestações estudantis de 1968, os estudantes saíram às ruas, com suas caras pintadas, para depor um presidente em exercício em 1992: o primeiro presidente eleito dire-

tamente depois da ditadura, Fernando Collor de Melo, se envolveu num esquema de corrupção que acabou resultando no seu processo de impeachment.

Orlando Silva Júnior, tesoureiro da UNE na época, recorda o início deste processo:

“A gente reuniu a executiva da UNE com a executiva da UBES, no Rio de Janeiro, para discutir a estratégia de encaminhamento do movimento “Fora Collor”. E o pessoal da UBES, que era o mais decidido, falou ‘vamos marcar uma passeata para o dia 11 de agosto, Dia do Estudante, para lançar essa campanha’, alguns da UNE, estavam meio na dúvida, se perguntando: ‘será que é o caso?’”.

Decididos, os estudantes vão às ruas realizando grandes passeatas por todo país puxadas pelas palavras de ordem “Fora Collor”. Mauro Panzera, que era coordenador-geral da UBES na época juntamente com Antônio Parente, lembra como os estudantes começaram a pintar o rosto:

Os “caras pintadas” surgiram com essa primeira manifestação, ali na área de concentração da passeata, que era no MASP. (...) Estávamos nós, umas cinquenta pessoas, um carro de som grande e começou lentamente a chegar a turma das escolas. Até que chegou uma escola que era, se eu não me engano, a escola “Oswald de Andrade”. Uma escola particular de São Paulo. E chegou com uma turma animadíssima, com algumas meninas com o rosto pintado de verde e amarelo. Então a gente ali, rapidamente, eu, Totó, Reinaldo, a gente achou que seria um negócio bacana pintar o rosto, fantasiar todo mundo. Começou a chegar muita gente, muito mais do que esperávamos. Então a gente saiu, foi numa papelaria próxima e comprou alguns potes de tinta guache e saiu pintando todo mundo. Sem a expectativa de que isso viraria uma marca.

O processo para o impeachment de Collor foi aprovado no dia 22 de agosto pela Câmara dos Deputados por 441 vo-

## FIGURINHAS DA UNE - O INÍCIO

Fotos do Projeto Memória do Movimento Estudantil

I CONGRESSO DA UNE



I CONGRESSO DA UNE



Praia do Flamengo, 132 (1942)



FLÂMULA DA CAMPANHA PETRÓLEO É NOSSO!

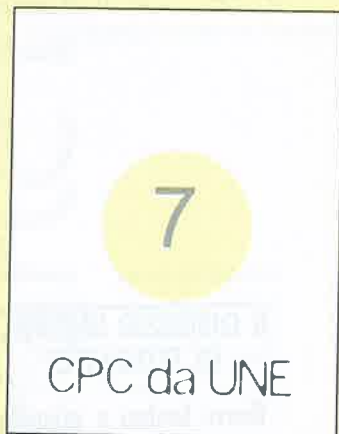
EM 1958, MANIFESTAÇÃO CONTRA OS EUA



CAMPANHA PETRÓLEO É NOSSO!



# FIGURINHAS DA UNE - Anos rebeldes



CPC DA UNE

ALDO ARANTES



FLÂMULA UNE VOLANTE

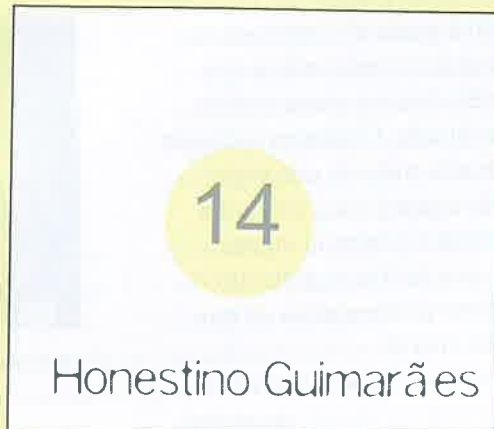
CONGRESSO DE IBIÚNA, 68



CONTRA A DITADURA MILITAR

HONESTINO GUIMARÃES

MANIFESTAÇÃO ESTUDANTIL



tos a favor e 38 contra. Lindberg Farias, o então presidente da UNE rememora este dia:

“Me lembro no dia do impeachment eu estava em Brasília, fui assistir lá na Câmara, e o Lula quando foi aprovado, pegou na minha mão e na mão do Meneguelli (...) nós saímos nos corredores da Câmara e as pessoas aplaudindo, aplaudindo, aí saímos pela porta e uma multidão lá fora, todo mundo aplaudindo, um negócio para mim que era um jovem, fiquei encantado ... o momento histórico derrubando o presidente...”

Durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, a UNE travou uma luta contra seus (des)mandos neoliberais. A começar pelas campanhas contra as privatizações - destacando-se a da Vale do Rio Doce - que mobilizaram milhares de estudantes e eram pauta central do governo. A UNE passa a formar, juntamente com outras entidades como a CUT (Central Única dos trabalhadores) e o MST (Movimento dos Sem Terra), o Fórum Nacional de Lutas que realiza em 1999 a Marcha dos Cem Mil em Brasília. Para Felipe Maia, presidente da UNE em 2001/2003:

“Isso foi confluindo para uma luta grande em 1999 e à Marcha dos Cem Mil, que foi uma manifestação em que se chega a dizer que havia mais de 100 mil pessoas em Brasília, com caravanas do país inteiro. Lembro-me de participar do comando que organizou a manifestação e tínhamos listado 2.300 ônibus para a manifestação, ou seja, foi gente de todo o país para Brasília. Todos esses ônibus foram de fato e tinham muitos outros ônibus que não estavam na lista, os ônibus estacionaram naquele grande círculo que tem ali do lado da Catedral, eles chegavam e não cabia. Essa foi uma manifestação grande já no início da gestão do Wadson.”

A luta contra o provão, um exame que todo estudante deveria realizar no final de seu curso com o objetivo de realizar uma “avaliação” do ensino superior no Brasil segundo o MEC, também foi marca

da UNE em sua luta anti-neoliberal. Ricardo Capelli, presidente da UNE entre 1997/1999, avalia:

“O provão foi uma guerra grande. Porque na verdade o nosso grande medo era que a gente caminhasse, com o provão e depois com o ENEM [Exame Nacional de Ensino Médio], para o modelo chileno que era o seguinte: você privatizar a educação pública através de um “ranqueamento”.

As lutas foram tantas neste período que podem ser simbolizadas através de um ato: o 46º Congresso da UNE realizado, em 1999, na cidade de Belo Horizonte contou com a participação de Fidel Castro como presidente de honra.

É neste período que a UNE retoma com mais energia suas atividades na área cultural. Foi assim que em 1999 foi realizada a 1ª Bienal de Cultura da UNE na cidade de Salvador. Felipe Maia explicita bem o pensamento da entidade nesse assunto:

“A cultura, até mesmo política, é um fantástico instrumento de conscientização e a experiência do CPC dos anos 60 mostra que muitas vezes a cultura faz com que as pessoas entendam coisas que o discurso político não consegue fazer, a cultura toca as pessoas, às vezes, de uma forma que descortina toda uma compreensão da realidade e motiva”.

As Bienais da UNE proporcionam aos universitários (e ao público em geral) um encontro mais próximo com a cultura, a ciência e a tecnologia produzida por estudantes dentro das próprias universidades. Estes estudantes que, na maioria das vezes, não tem espaço nem mídia para realizar seus trabalhos. Com intuito de não deixar um hiato entre uma bienal e outra e fortalecer ainda mais estes

laços, foi criado o CUCA, Centro Universitário de Cultura e Arte. Gustavo Petta, atual presidente da UNE, ressalta esse trabalho:

“o Cuca precisa ser no Brasil, hoje, um grande defensor da cultura nacional e da cultura popular do país, que está sendo castigada pela indústria cultural, pela imposição da cultura norte-americana.”

Nas eleições presidenciais de 2002, a UNE teve outro papel importante. Ainda no primeiro turno, propôs um seminário para pensar o Brasil objetivando a formulação de uma carta-compromisso para ser entregue ao próximo presidente. No segundo turno, realizou um plebiscito entre os universitários para verificar o apoio da entidade para um dos candidatos: José Serra ou Luis Inácio Lula da Silva. Com o apoio definido ao último e, já no início de seu mandato, a UNE passa a ter interlocução com o governo conforme atesta Gustavo Petta:

“O fato que ninguém pode questionar é que o governo Lula estabelece com o movimento social uma nova dinâmica de relação e de diálogo. Não só com o movimento estudantil, mas com o movimento dos sem-terra, com o movimento sindical e com outros movimentos. É uma relação que não existiu durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, em que a relação foi muito difícil. Não havia diálogo, não havia debate, havia posições muito antagônicas e com pouca flexibilidade de discussão. No governo Lula, isso se restabelece, algo que tivemos a oportunidade de ver só no período do João Goulart e no período muito curto do governo Itamar Franco”.

Apesar desta boa relação, o que resultou em parcerias como

a do Projeto Rondon, a entidade não deixou de manter sua autonomia reivindicatória em temas que considerava extremamente relevante, principalmente quanto a política econômica praticada pelo governo. Outro ponto de destaque está na atuação da entidade pela reforma universitária:

“Achamos que a base da reforma universitária tem que ser o fortalecimento da universidade pública, sua ampliação, o aumento da sua capacidade inclusive de participar estrategicamente do projeto de desenvolvimento. A universidade pública não tem só a responsabilidade de formar bons profissionais, mas tem a responsabilidade de responder por mais de 90% da pesquisa que é desenvolvida no país. Isso é super estratégico para o desenvolvimento e para a soberania do país. A universidade pública precisa ser fortalecida.”

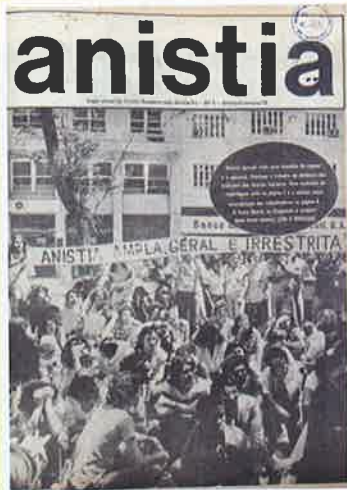
No ano em que comemora seus 70 anos, a UNE vive outro grande momento histórico: a retomada do seu terreno, na Praia do Flamengo 132, na cidade do Rio de Janeiro. A sede, o antigo Clube Germânia, que foi doada aos estudantes durante o Estado Novo e queimada no primeiro dia do golpe de 1964 e seu prédio foi colocado abaixo pelos militares depois da reconstrução da UNE em 1980 e, depois de um longo período de brigas na Justiça finalmente a UNE “volta para casa”.

Sem dúvida alguma, a história da UNE se imbrica com a história republicana do Brasil nestes últimos 70 anos, mas, para além de todos os fatos que certamente são importantes e foram descritos nestas últimas edições da Revista, existe um “bem maior” que a militância propicia aos estudantes: torná-los conscientes de seu papel na sociedade, de seu papel de cidadão, de seu papel político. Este é o grande presente que a UNE deixa ao longo de toda sua história para a sociedade brasileira. Sendo assim, vida longa a UNE!

*Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo.  
Coordenadora-técnica do Projeto Memória do Movimento Estudantil.*

# FIGURINHAS DA UNE - Novos tempos

A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO



UNE NA GRANDE IMPRENSA



ALDO REBELO É ELEITO PRESIDENTE DA UNE, EM 80



Clara Araújo  
A 1ª MULHER PRESIDENTE DA UNE

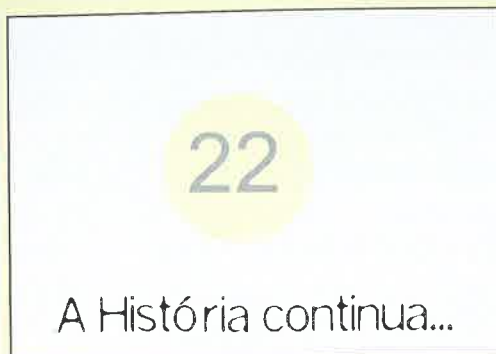
FORA COLLORI!



FORA FHC!



A UNE COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CAMPANHA DE LULA



# Meia-entrada! Eu

No último ano, o Movimento Estudantil conquistou a maior vitória na luta em defesa da meia-entrada: o Supremo Tribunal Federal considerou a meia-entrada Constitucional, derrotando os setores mais conservadores do empresariado do entretenimento.

Por Renata Mielli\*

**D**esde 2001, o movimento estudantil tem colocado a boca no trombone para denunciar a Medida Provisória nº 2.208, baixada pelo ex-ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que desregulamentou o direito do estudante à meia-entrada em espetáculos culturais, esportivos e de lazer.

Um atentado ao direito legitimamente conquistado com muita luta por gerações e gerações de estudantes para democratizar o acesso aos bens culturais fundamentais para a complementação da educação formal, um benefício social para estimular a participação e a presença do jovem na escola.

A luta da UNE pela derrubada da MP tem sido incansável. E, do final do ano passado para cá, ganhou aliados. Estudantes, artistas, produtores culturais e empresários de cinema, resolveram se unir para moralizar a meia-entrada, lutando pela sua regulamentação.

As entidades estudantis, ao lado desses outros segmentos, participaram de audiências públicas na Câmara, realizaram

reuniões com o ministro da Educação, Fernando Haddad e com o Secretário Nacional de Juventude, Beto Cury. Nelas, foi entregue um manifesto assinado pela UNE, pela UBES, por outras entidades culturais e artistas como Fernanda Montenegro, Lenine, Los Hermanos, Roberto Frejat.

## Movimento estudantil independente

A compreensão comum é de que a desregulamentação ameaça o direito do estudante e prejudica o setor cultural. “Nossa principal luta continua sendo para criar uma lei federal de meia-entrada derrubando a MP do Paulo Renato que causou tantos prejuízos aos artistas, aos estudantes, às entidades estudantis e implodiu o sistema”, diz Rovilson Portela, tesoureiro da UNE.

O governo FHC pretendia atacar, particularmente, o movimento estudantil, retirando sua fonte de financiamento e autonomia política, obtida pelos recursos provenientes da emissão das carteiras. As lutas da

UNE e das entidades estudantis, nossos materiais (revistas, site, jornais), eventos educacionais e culturais são custeados por estes recursos.

## Gato por lebre

Nessa batalha, algumas iniciativas precisam ser vistas com cautela, como o caso do projeto que prevê cotas de 30% dos ingressos para meia-entrada. A UNE é contra a cota, porque não há meio de fiscalizar o seu cumprimento e, também, por entender que ela representa uma restrição do direito. “É inviável definir um termo de ajuste de conduta para criar a cota. Como fica o estudante que está numa fila e, chega na sua vez, o vendedor diz que acabou a cota? Quem controla, quem fiscaliza? O Procom não daria conta. A única maneira de garantir o direito é a fiscalização do estudante que, quando não tem acesso à meia-entrada, aciona os órgãos competentes”, destaca Portela.

## Moralizar Já

Garantir o direito e preservar a cultura nacional, passa pela rigorosa fiscalização e combate



# Uso! Eu Defendo!

da emissão de carteiras falsificadas. Ao pulverizar a representação, ou seja, permitir que qualquer carteirinha de identificação estudantil, de qualquer estabelecimento/entidade, fosse aceita, a MP criou uma verdadeira indústria de carteiras, gente mau-intencionada que ganha dinheiro praticando a ilegalidade.

A UNE é contra qualquer tipo de falsificação. Defende que haja uma fiscalização criteriosa da emissão das carteiras, realizada por órgão público. Uma das propostas é a criação de um selo de identificação, uma chancela oficial que servisse como garantia de legitimidade das carteiras.

A Campanha pela moralização da meia-entrada tem surtido alguns efeitos e um deles é o Convênio que a UNE firmou com a Federação Nacional dos Exibidores Cinematográficos – Feneec, fruto de um processo de convencimento que os estudantes fizeram junto aos empresários de Cinema, alterando o discurso contra a meia-entrada que esse setor fazia antes. A Feneec agora é parceira da UNE na luta contra a falsificação das Carteirinhas.



Demarcando território: depois de várias tentativas, os estudantes voltam para o terreno da UNE

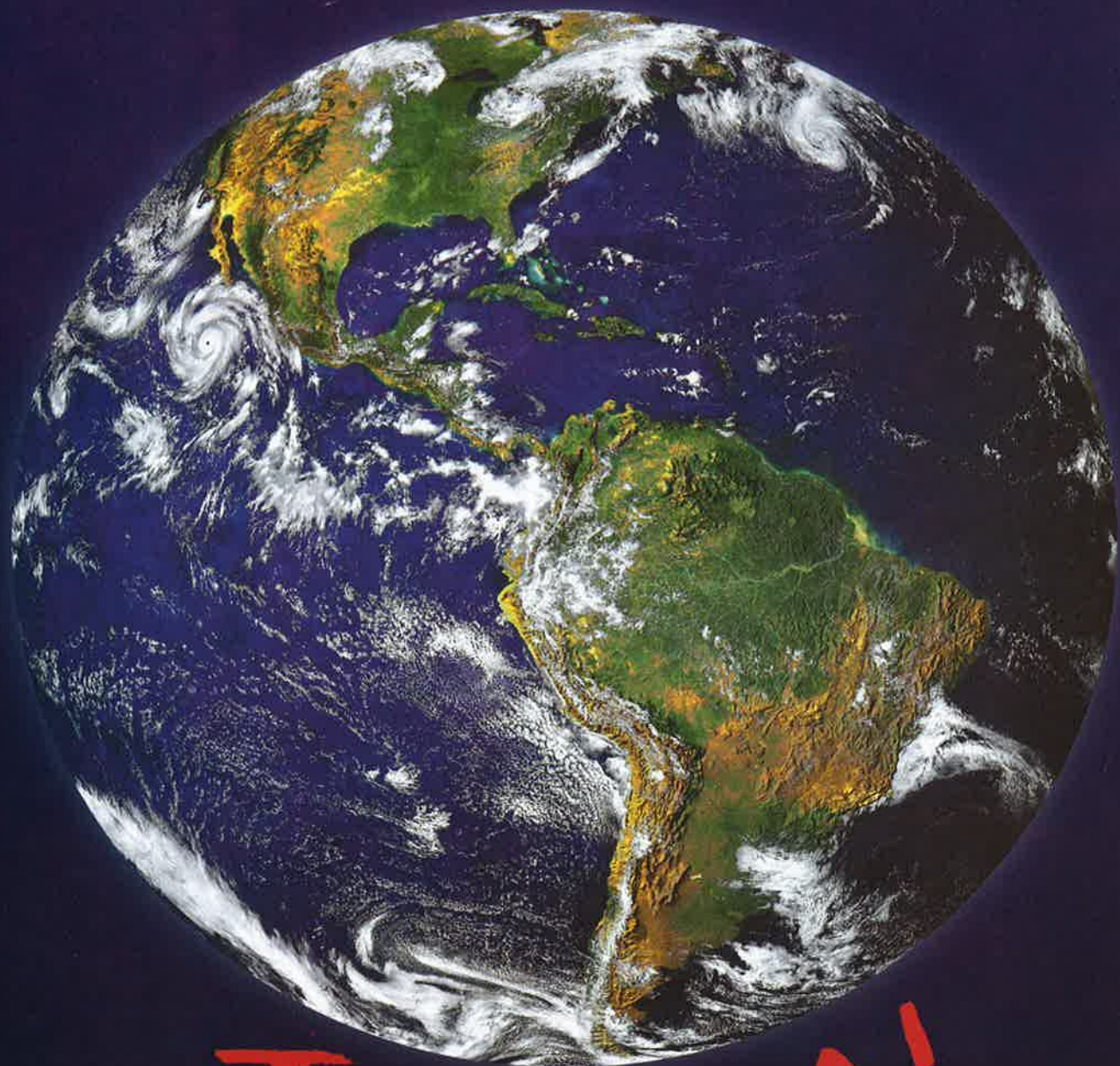


**ENTRE NESSA VOCÊ TAMBÉM:  
ABRA SUA CONTA UNIVERSITÁRIA CAIXA.**



**Conta  
Universitária  
CAIXA**

**CAIXA**  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



**TERRA!**

# Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

**1 a 7 de outubro de 2007**

[www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)  
<http://semanaci2007.mct.gov.br>  
(61) 3317-7826 ou (21) 2555-0736

Coordenação  
Ministério da  
Ciência e Tecnologia

